



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (CCSA/UFPB)

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL - PGPCI**

MESTRADO ACADÊMICO

FERNANDA MARIA NEGROMONTE DE SANTANA

**“Traçando vários planos pra poder contra-atacar”: análise do papel do Poder
Legislativo no Enfrentamento à Violência de Gênero, o mandato de Gleide Ângelo em
Pernambuco**

João Pessoa

2025

FERNANDA MARIA NEGROMONTE DE SANTANA

**“Traçando vários planos pra poder contra-atacar”: análise do papel do Poder
Legislativo no Enfrentamento à Violência de Gênero, o mandato de Gleide Ângelo em
Pernambuco**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Gestão Pública e Cooperação Internacional da
Universidade Federal da Paraíba (UFPB) para a obtenção
do título de Mestre em Gestão Pública e Cooperação
Internacional.

Linha de pesquisa: Políticas Públicas

Orientador: Prof. Dr. Vico Denis Sousa de Melo

João Pessoa - PB

2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

N393t Santana, Fernanda Maria Negromonte de.
"Traçando vários planos pra poder contra-atacar":
análise do papel do Poder Legislativo no enfrentamento
à violência de gênero, o mandato de Gleide Ângelo em
Pernambuco / Fernanda Maria Negromonte de Santana. -
João Pessoa, 2025.
94 f. : il.

Orientação: Vico Dênis Sousa de Melo.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. Violência de gênero. 2. Política pública. 3.
Direito das mulheres. 4. Movimento feminista -
Pernambuco. I. Melo, Vico Dênis Sousa de. II. Título.

UFPB/BC

CDU 341.945-055.2(043)

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata da Sessão Pública de Defesa de Dissertação da Mestranda **Fernanda Maria Negromonte de Santana** como requisito para obtenção do grau de Mestre em Gestão Pública e Cooperação Internacional, área de concentração em Gestão Pública, linha de pesquisa em **Políticas Públicas**.

Aos dezessete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às catorze horas, reuniu-se no Miniauditório I do Bloco da Pós-Graduação do CCSA da Universidade Federal da Paraíba-UFPB, a Banca Examinadora composta pelos membros: Dr. Vico Dênis Sousa de Melo (Orientador), Dra. Maria Angeluce Soares Perônico Barbotin (Membro Interno) e Dra. Manuella Riane Azevedo Donato (Membro Externo), para julgar a dissertação de Fernanda Maria Negromonte de Santana intitulada: **"Traçando vários planos pra poder contra-atacar": políticas públicas de proteção às mulheres em Pernambuco**", para obtenção do grau de mestre em Gestão Pública e Cooperação Internacional. O desenvolvimento dos trabalhos seguiu o roteiro de sessão de defesa realizado pelo presidente Prof. Dr. Vico Dênis Sousa de Melo. Após haver analisado o referido trabalho e arguido o(a) candidato(a), os membros da Banca Examinadora deliberaram por unanimidade e atribuíram o conceito: (X) aprovado, () insuficiente, () reprovado(a).

Observações da Banca:

A banca indicou ajustes na parte metodológica e na coerência interna do texto (problema, objetivo geral e específico). Retirar do apêndice a revisão sistemática de literatura.

Proclamado o resultado, o presidente da banca examinadora encerrou os trabalhos, e para constar, assinou a presente ata, em duas vias, juntamente com os demais membros da banca examinadora e a mestranda.

João Pessoa, 17 de novembro de 2025.

Documento assinado digitalmente
 VICO DENIS SOUSA DE MELO
Data: 18/11/2025 09:29:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Vico Dênis Sousa de Melo
Orientador/Presidente da Banca Examinadora – PPGP/UFPB

Documento assinado digitalmente
 MARIA ANGELUCE SOARES PERONICO BARBOTI
Data: 18/11/2025 18:28:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Maria Angeluce Soares Perônico Barbotin
Examinadora Interna - PPGP/UFPB

Documento assinado digitalmente
 MANUELLA RIANE AZEVEDO DONATO
Data: 18/11/2025 22:39:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Manuella Riane Azevedo Donato
Examinadora Externa

Documento assinado digitalmente
 FERNANDA MARIA NEGROMONTE DESANTANA
Data: 21/11/2025 16:09:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Fernanda Maria Negromonte de Santana
Discente

DEDICATÓRIA

À minha avó, Lucinéa Negromonte,
a quem devo toda minha inspiração e determinação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio financeiro que possibilitou a continuidade desta pesquisa no segundo ano do mestrado. E, também, aos participantes desta banca que possui um fator fundamental para estarmos aqui hoje: o apoio prestado pelo prof. Vico, que carrega um raro olhar científico, da genuína Ciência, na qual eu também acredito, que é a de transformação. Ele me permitiu reproduzir isso ao aceitar o convite para me orientar, mesmo na reta final do mestrado. Hoje eu posso acreditar que eu sou uma pesquisadora.

Sou grata à comunidade da UFPB, aqui eu me encontrei pelo acolhimento dos cafés que o prof. Coelho nos servia às 8h, mesmo tendo gastrite, era exatamente disso que eu precisava naquelas aulas, após acordar às 4h da manhã para pegar a estrada de Recife a João Pessoa. E levo comigo o grande aprendizado de ser cuidadosa com quem tem a intenção de se dedicar à educação e fazer ciência, assim como a profa. Ana Coelho fez comigo, dando um jeito de me matricular no primeiro dia de aula, revertendo problemas de comunicação que eu não tinha nem noção de que poderiam acontecer, até acontecer comigo.

Em meio a tantas coisas vividas nesses últimos dois anos, eu sei que não conseguiria chegar até aqui sem a participação da minha família. Meu pai, Fernando, que nunca deixou de acreditar em mim, é uma das motivações desse processo. Minha mãe, Natércia, mesmo sem entender completamente tudo que estava acontecendo, esteve comigo nas horas mais difíceis. À minha namorada, Andressa, que tornou o caminho cada vez mais leve.

Agradeço ao meu melhor amigo, Artur, quem segura a peteca e não deixa cair. À minha melhor amiga, Letícia, a quem admiro muito. Além deles, posso afirmar que a Turma 8 me proporcionou relações muito importantes nesse processo. À Horvanda, que foi a minha primeira amiga da turma, alguém em quem eu pude me amparar nas dificuldades. À Ana, que me inspira com sua ousadia e determinação. À Eloisa, de quem eu admiro a serenidade. A Willer, que é um exemplo para todos da turma. Sem vocês nada disso seria possível. Obrigada!

RESUMO

A atuação do mandato da deputada estadual delegada Gleide Ângelo no enfrentamento à violência de gênero em Pernambuco foi investigada sob a perspectiva do feminismo crítico, que compreende a violência como um fenômeno estrutural. O estudo analisa a tensão entre essa representação política institucional e as demandas dos movimentos sociais por uma política de proteção integral e intersetorial. Adotando uma abordagem qualitativa, foi utilizada a Análise Reflexiva Temática (ATR), a partir de entrevistas semiestruturadas, com representantes de nove (9) movimentos sociais, ativistas feministas, além de análise documental. Os resultados apontam que, embora o mandato represente uma importante possibilidade de resistência institucional, a sua estratégia, focada predominantemente na segurança pública e na criminalização, é percebida pelos movimentos sociais como pontual e reativa, insuficiente para promover a transformação estrutural necessária. A crítica central reside no risco de a absorção das pautas feministas pelo Estado, via justiça criminal, resultar apenas em discursos, reforçando apenas a dualidade existente entre vítima e agressor, negligenciando as condições materiais e estruturais que perpetuam a violência. Conclui-se que são urgentes políticas públicas que transcendam a lógica penal e que sejam verdadeiramente intersetoriais, alinhadas às demandas emancipatórias dos movimentos sociais.

Palavras-chave: violência de gênero; representação política; feminismo; políticas públicas.

ABSTRACT

The performance of State Deputy Delegate Gleide Ângelo's mandate in combating gender violence in Pernambuco was investigated from the perspective of critical feminism, which understands violence as a structural phenomenon. The study analyzes the tension between this institutional political representation and the demands of social movements for a comprehensive and intersectoral protection policy. Adopting a qualitative approach, Thematic Reflective Analysis (TRA) was used, based on semi-structured interviews with representatives of nine (9) social movements, feminist activists, in addition to documentary analysis. The findings indicate that, although the mandate represents an important possibility for institutional resistance, its strategy, focused predominantly on public security and criminalization, is perceived by social movements as punctual and reactive, insufficient to promote the necessary structural transformation. The central critique lies in the risk that the absorption of feminist agendas by the State, via criminal justice, results only in rhetoric, reinforcing only the existing duality between victim and aggressor, and neglecting the material and structural conditions that perpetuate violence. It is concluded that public policies that transcend the penal logic and are truly intersectoral, aligned with the emancipatory demands of social movements, are urgent.

Keywords: gender violence; political representation; feminism; public policies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Linha do tempo do avanço dos direitos das mulheres no Brasil.....	20
Figura 2	Fluxograma PRISMA da seleção de trabalhos para análise.....	54
Quadro 1	Protocolo da Revisão Sistemática.....	24
Quadro 2	Critérios de delimitação da pesquisa.....	25
Quadro 3	Expressões de busca e palavras-chave do mapeamento.....	25
Quadro 4	Artigos selecionados para análise.....	27
Quadro 5	Listagem de ano de publicação dos artigos e revista de publicação.....	28
Quadro 6	Período de publicação dos artigos.....	29
Quadro 7	Lugar das publicações.....	31
Quadro 8	Eixos Temáticos das Publicações.....	68
Quadro 9	Principais fontes técnicas acionadas nas produções.....	69
Quadro 10	Observações das obras relacionadas à violência contra a mulher e políticas públicas de gênero.....	33
Quadro 11	Temas inovadores para futuras pesquisas sobre violência contra mulher em Pernambuco, com base nos trabalhos analisados.....	42
Quadro 12	Descrição de casos policiais de grande repercussão em que a delegada esteve presente.....	48
Quadro 13	Síntese do Desenho Metodológico.....	51
Quadro 14	Protocolo da Revisão Sistemática.....	53
Quadro 15	Critérios de delimitação da pesquisa.....	54
Quadro 16	Expressões de busca e palavras-chave do mapeamento.....	54
Quadro 17	Detalhes sobre Dados Documentais (Leis Sancionadas e Proposições).....	55
Quadro 18	Caracterização dos Movimentos Sociais Participantes.....	58
Quadro 19	Relação entre Questões da Entrevista e Referenciais Teóricos.....	59
Quadro 20	Principais Eixos das Iniciativas do Mandato.....	70

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATR	Análise Reflexiva Temática
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
MS	Movimento Social
RSL	Revisão Sistemática da Literatura
OMS	Organização Mundial de Saúde
VCM	Violência Contra Mulheres

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1.CAPÍTULO I - ENTENDENDO A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM PERNAMBUCO E A JORNADA DA DEPUTADA DELEGADA GLEIDE ÂNGELO.....	19
1.1 A Violência como Expressão da Desigualdade de Gênero.....	19
1.1.1 Números que falam.....	20
1.1.2 Panorama da produção científica.....	24
1.2 Trajetória e atuação do mandato da Deputada delegada Gleide Ângelo.....	44
1.2.1 A Construção de uma Figura Pública: Da Carreira Policial à Ascensão Política.....	44
1.2.2 O Mandato como Instrumento de Representação Política: Discussão sobre o papel do mandato parlamentar na defesa dos direitos das mulheres e no combate à violência de gênero.....	48
2.Capítulo II - PERCURSOS METODOLÓGICOS.....	50
2.1 Fundamentos teóricos e filosóficos.....	51
2.2 Método de Coleta de Dados.....	52
2.2.1 Escopo da RSL.....	52
2.2.2 Pesquisa documental.....	55
2.2.3 Pesquisa de campo: Entrevistas Semi-estruturadas.....	55
2.3 Abordagens de Análise dos Dados.....	60
3.Capítulo III - O CORAÇÃO DA PESQUISA: AS VOZES DOS MOVIMENTOS E A ATUAÇÃO LEGISLATIVA EM ANÁLISE.....	63
3.1 Análise da Percepção dos Movimentos Sociais.....	63
3.1.1 O mandato parlamentar e o descompasso da agenda: do combate à violência ao feminismo explícito.....	63
3.1.2 A Crítica Feminista da Segurança Pública e a Traição da Integralidade.....	64
3.1.3. Representação, Diálogo e a Tensão entre Símbolo e Transformação.....	65
3.1.4 O Patriarcado como Questão Estrutural e o Cenário Político Adverso.....	66
3.2 Atuação Legislativa do Mandato.....	68
3.2.1 Coesão Temática e Foco Estratégico das Proposições.....	69
3.2.2 Inovação e Alcance para Além da Criminalização.....	70
3.2.3 A Representação Substantiva e a Tensão com a Crítica Feminista.....	71
3.2.4 A Tensão entre o Politicismo e o Societalismo na Produção Legislativa.....	72

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS.....	75
APÊNDICE.....	80

INTRODUÇÃO

A escolha da epígrafe "*Traçando vários planos pra poder contra-atacar*" parafraseia um trecho da música *Sulamericano*, da banda BaianaSystem (2019), que carrega uma dimensão simbólica que também está presente nesta produção. O termo “contra-ataque”, que, embora carregue um significado imediato relacionado à reagir ou revidar a agressão, definido pelo *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* como “revidar um ataque” ou “reagir a um ataque tomando controle da situação de forma súbita e ágil” (HOUAISS; VILLAR, 2009, verbete “contra-ataque”), complementa e representa a resistência necessária à realidade das milhares de mulheres que enfrentam violências cotidianas.

É esse movimento de reação que constrói caminhos de denúncia, enfrentamento e transformação social. A frequente violência sofrida por mulheres é um problema de múltiplas causas e condições, e ela precisa de análise para ser enfrentada de forma efetiva, de acordo com LUCENA *et al.* (2020).

Em Pernambuco, a necessidade dessa transformação é urgente, pois o estado ocupa o 2º lugar do Brasil em maior número de feminicídios, conforme dados do relatório *Elas Vivem: um caminho de luta* (REDE DE OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA, 2025). Esse cenário exige aprofundamento e respostas acertadas. Colocar uma referência artística no título dá ênfase ao reconhecimento de que o enfrentamento à violência contra mulheres ultrapassa os números e diagnósticos institucionais, ele também se inscreve no corpo, na cultura e na linguagem.

Diante de um contexto de urgência e de complexidade do tema, é necessário evidenciar que há, em Pernambuco, uma deputada estadual, eleita e amplamente votada, que direciona sua articulação política à pauta do enfrentamento da violência contra mulheres. Portanto, a questão que norteia esta pesquisa é: *de que forma a atuação do mandato parlamentar na pauta do enfrentamento à violência contra a mulher se articula com as demandas e as críticas dos movimentos sociais feministas em Pernambuco?*

O Objetivo Geral desta dissertação é analisar a relação entre a atuação do mandato da deputada estadual, delegada Gleide Ângelo, no enfrentamento à violência de gênero em Pernambuco e a percepção dessa atuação apresentada por movimentos sociais feministas no estado.

Iniciando esta pesquisa, propus-me explorar, para além da relevância científica, o tipo de envolvimento que tenho com o tema. Durante uma tarde de buscas, em um e-mail antigo, encontrei algumas mensagens que eu não fazia ideia de que estavam lá. Na minha pasta de

“enviados” do primeiro e-mail que tive, me deparei com coisas intrigantes. O ano de envio era 2010, eu tinha 12 anos de idade. Naquela época eu estava no 7º ano (antiga 6ª série do Ensino Fundamental II). Entre alguns e-mails que eu encaminhei para meus tios, primos e professores, havia uma mensagem encaminhada para mim mesma. Sem título no assunto, o corpo do e-mail tinha o seguinte texto:

“Foto 1 – Atriz agredida por marido que também é ator.

Foto 2 – Mulher denuncia o marido que é pego em flagrante a espancando

Foto 3 – Mulher vítima de estupro em sua própria casa.”

(comunicação pessoal, 2010).

As imagens descritas no texto estavam anexadas àquele e-mail e eram chocantes. Na sequência daquela mensagem havia outra, também encaminhada para mim mesma e sem assunto. O corpo do texto era a cópia de algum site, com dois parágrafos:

“As mulheres são as que correm maiores riscos de sofrer violência em ambientes domésticos e familiares e, segundo as estimativas da Organização Mundial de Saúde (OMS), uma em cada quatro mulheres é vítima de abusos sexuais cometidos por seu parceiro ao longo da vida. O "Relatório Mundial sobre Violência e Saúde", publicado hoje, quinta-feira, pela OMS, afirma que quase metade das mulheres que morrem por homicídio é assassinada por seus maridos ou parceiros atuais ou anteriores, uma porcentagem que se eleva a 70 por cento em alguns países.”

(comunicação pessoal, 2010)

Não me recordo quais eram os objetivos daquelas mensagens naquela época, resta-me entender que, hoje, para mim, elas significam algo que ainda não acabou e que parece longe de acabar.

No ano de 2014, aos 15 anos, durante o 2º ano do Ensino Médio, enquanto a maioria dos adolescentes da minha turma se interessava em pesquisas sobre novas tecnologias, apresentei um trabalho em grupo, formado, majoritariamente, por meninas, na Feira de Ciências e Tecnologia do Nordeste (FENECIT). O trabalho apresentado buscou debater a natureza de crimes passionais - termo utilizado à época, hoje reconhecido como inadequado por desconsiderar as nuances de gênero e poder presentes nos casos de violência de gênero -,

evidenciando os dados que apontavam as mulheres como o grupo mais atingido por esse tipo de violência. Questiono-me: desde os 12 anos, por que essa começou a ser uma preocupação minha? Nunca saberei responder com precisão, mas, ao iniciar essa pesquisa, em 2024, aos 26 anos de idade, uma manchete não sai da minha cabeça: “Pernambuco é o estado com mais feminicídios no Nordeste” (EBRAHIM, 2024), dado obtido através do relatório *Elas Vivem: liberdade de ser e viver* (REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA, 2024).

Minha aproximação com a temática da violência contra a mulher e o papel dos agentes públicos no seu enfrentamento se aprofundou ainda mais em 2015, quando tive a oportunidade de presenciar uma palestra marcante. Naquela ocasião, a própria Maria da Penha, figura central na criação da Lei nº 11.340/2006, esteve presente no município em que eu morava e estudava, São Lourenço da Mata, localizado na Região Metropolitana do Recife. A mediação do evento foi feita pela delegada Gleide Ângelo, que, anos mais tarde, seria eleita deputada estadual, cuja atuação parlamentar constitui o objeto de análise desta pesquisa. Este foi o meu primeiro contato com a história de Maria da Penha e com a atuação da delegada. Percebo que, para mim, esse momento reforçou a percepção da urgência e da necessidade de ação.

É importante salientar, contudo, que o reconhecimento dessa conexão pessoal com o tema não diminui o rigor e a objetividade que guiam esta investigação. Pelo contrário, ele reforça o compromisso ético de abordá-lo com a devida distância analítica. A escolha do mandato da deputada delegada Gleide Ângelo como foco de interesse desse estudo não parte de uma admiração ou alinhamento político, mas de um critério estritamente acadêmico: a relevância de sua atuação para o campo das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher. Meu papel, aqui, é o de pesquisadora, e a análise se pautará em dados, evidências e no diálogo com o referencial teórico, buscando compreender o fenômeno com a neutralidade que a ciência exige, sem que isso signifique anular a sensibilidade necessária para tratar de um tema tão profundo e humano.

Acolher algumas experiências pessoais relacionadas ao debate da pesquisa foi uma das maneiras utilizadas para situar-me enquanto uma pesquisadora mulher, pertencente à realidade pesquisada. Na construção textual deste trabalho, adotei um importante compromisso ético-político com a produção científica, o da universalização da escrita acadêmica, em busca da acessibilidade e democratização do conhecimento. Tais escolhas exemplificam o conceito da *escrevivência*, desenvolvido pela escritora brasileira Conceição Evaristo, que admite que a origem da escrita está no acúmulo de experiências que despertam os sentidos para urgências da realidade (EVARISTO, 2007).

Para alcançar o Objetivo Geral, esta dissertação se propõe a atingir os seguintes Objetivos Específicos: *i.* Traçar um retrato da Violência Contra a Mulher em Pernambuco, com base em publicações anteriores; *ii.* Descrever a trajetória e o papel do mandato da deputada delegada Gleide Ângelo; *iii.* Entender como os movimentos sociais de mulheres em Pernambuco veem a atuação do mandato no combate à Violência Contra a Mulher; *iv.* Discutir as leis propostas pelo mandato da deputada relacionadas ao combate a Violência Contra a Mulher que já foram sancionadas, a partir do referencial teórico do estudo.

Não posso deixar de situar, neste trabalho, a minha posição enquanto pesquisadora. Em diferentes momentos, ao apresentar minha pesquisa a colegas, no meio acadêmico ou fora dele, percebi que surgia, em um primeiro olhar, a impressão de vínculo pessoal ou integração direta ao mandato em análise. Nessas circunstâncias, foi fundamental que eu pudesse me posicionar enquanto pesquisadora, mestranda e bolsista CNPq e concluinte do mestrado em Gestão Pública, sem qualquer vínculo pessoal ou profissional que possa interferir ou enviesar o processo e o resultado da pesquisa. Um episódio, particularmente marcante, ocorreu durante a coleta de dados, quando uma colaboradora, no meio da entrevista, referiu-se à pesquisa como se fosse uma iniciativa do próprio mandato com fins avaliativos, como uma “pesquisa de satisfação”. Essas experiências, embora desconfortáveis, sublinham a importância de reiterar a autonomia e a imparcialidade de pesquisas desta natureza, garantindo a credibilidade dos achados.

A violência contra a mulher em Pernambuco revela complexidades particulares. A Revisão da Literatura (RSL) realizada para este trabalho, cujos resultados serão detalhados no *Capítulo 1*, aponta para uma vulnerabilidade multifacetada das mulheres, agravada pela interseção de fatores socioeconômicos e demográficos. Os estudos analisados indicam que a violência é intensificada na interseção de fatores como faixa etária, baixa escolaridade e raça/cor, com predominância de mulheres não brancas entre as vítimas mais notificadas (SOUSA *et al.*, 2022; OLIVEIRA *et al.*, 2024; VASCONCELOS *et al.*, 2016; SILVA; CARDOSO, 2018).

Além de traçar esse perfil de vulnerabilidade, a RSL identificou uma fragilidade sistêmica na rede de enfrentamento, marcada pela persistente subnotificação e pela desarticulação dos serviços de apoio (LIRA; CASTRO, 2022; LIRA, 2018). Tais fatores somados à persistente subnotificação dos casos¹ evidenciam a necessidade de analisar as

¹ As informações foram retiradas do *Atlas da violência* (2025), uma publicação de grande relevância para a área, resultante da parceria entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Este relatório também será utilizado como fonte primária de dados estatísticos ao longo deste trabalho.

políticas públicas vigentes. A subnotificação, em particular, cria um claro abismo entre os dados oficiais e a real dimensão da violência, dificultando a compreensão plena do fenômeno.

É neste ponto que a RSL revela sua lacuna mais crítica e que justifica a presente pesquisa: a produção acadêmica local tende a focar no Poder Executivo (políticas públicas) e no Judiciário (aplicação da lei), excluindo do debate o papel do Poder Legislativo como agente de enfrentamento à violência. Nenhum dos trabalhos analisados se debruçou sobre a esfera política onde as leis são criadas, os recursos são alocados e a fiscalização das ações governamentais ocorre.

Ao focar na análise do mandato da deputada delegada Gleide Ângelo, explorando de que forma a representação política e a escuta institucional se materializam em ações concretas, vou em busca de uma nova perspectiva sobre o papel da representação política para construção de políticas que assegurem a integridade das mulheres.

Para evitar uma análise que se restrinja apenas às estruturas formais do poder ou, no extremo oposto, apenas às pressões da sociedade, esta pesquisa se constrói de forma consciente sobre o debate da predominância de abordagens da Ciência Política. Ao me inspirar pelo contínuo analítico entre politicismo e societalismo (LEITE, 2010), busquei articular essas duas dimensões: de um lado, o foco no mandato parlamentar, um ator eminentemente institucional (o polo do politicismo); e de outro, a escuta atenta às demandas e percepções dos movimentos sociais (o polo do societalismo). Acredito que é na intersecção entre a ação do Estado e a mobilização da sociedade que se pode compreender de forma mais completa as dinâmicas de enfrentamento à violência.

Esta pesquisa se justifica pela urgência de compreender e fortalecer as estratégias de enfrentamento à violência de gênero, especialmente em contextos onde as barreiras de acesso à proteção e à justiça ainda são significativas. Nesse sentido, analisar um mandato legislativo vai além de um estudo de trajetória individual; se revela como uma lente potente para examinar como as políticas públicas são, na prática, moldadas, negociadas e implementadas.

A deputada estadual, enquanto representante política, também atua em diferentes momentos do ciclo de políticas públicas: contribui para a formação da agenda ao publicizar demandas, mobilizar audiências e interpelar o Poder Executivo; participa da formulação ao redigir proposições, articular comissões e negociar alternativas normativas; incide na tomada de decisão ao votar e construir maiorias; acompanha a implementação, por meio de emendas, audiências e fiscalização; e influencia a avaliação, tanto formal (relatórios, comissões) quanto social (resposta de movimentos sociais e imprensa). Representação e atuação, portanto, não são apenas atributos políticos abstratos. Um mandato parlamentar funciona, assim, como parte

processual das políticas públicas, um objeto de estudo fundamental para compreender avanços e entraves na construção do Estado.

A deputada delegada Gleide Ângelo, reconhecida por sua votação expressiva, frequentemente descrita como recorde histórico em Pernambuco, reposiciona o debate sobre representatividade, gênero e poder. Sua vitória na eleição de 2018, ano em que o conservadorismo político prevalecia no âmbito nacional, com a vitória do ex-presidente Jair Bolsonaro², configura um marco: a afirmação de um fenômeno eleitoral feminino em contexto adverso. Estudar seu mandato significa, portanto, investigar como uma votação tão expressiva, ancorada na pauta do enfrentamento à violência de gênero, aconteceu em um cenário improvável. Desse modo, proponho uma análise exploratória, desprovida de juízo de valor, interessada em descrever dinâmicas, escolhas e efeitos. Compreender esse percurso mitiga lacunas nos estudos de gênero e política, oferecendo um caso que tensiona paradigmas sobre a atuação de mulheres em espaços de poder historicamente masculinos.

Para que este trabalho cumpra com seu papel, ele foi dividido em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. A estrutura da dissertação foi pensada para dialogar, ainda que de forma flexível, com as etapas do ciclo de políticas públicas (SOUZA, 2003), um modelo analítico para ajudar a compreender os rumos do enfrentamento à violência de gênero em Pernambuco. *O Capítulo 1*, ao aprofundar o retrato da Violência Contra a Mulher em Pernambuco e apresentar a trajetória da deputada, explora a fase de formação da agenda. O segundo capítulo se debruça sobre a metodologia do trabalho. Ao trazer a análise da percepção externa, esta dos movimentos sociais, o 3º capítulo se alinha à fase de monitoramento e avaliação, juntamente com a análise das leis, de autoria do mandato explorado, já sancionadas, com foco na tomada de decisão e implementação. As Considerações Finais buscam contribuir com respostas para o problema de pesquisa, retomando os principais achados e discutindo suas implicações para futuras investigações.

² A vitória eleitoral de Jair Bolsonaro em 2018 é um fenômeno amplamente estudado como a consolidação da extrema-direita no cenário político brasileiro (SOUZA, 2025). O caráter hostil presente no contexto reside não apenas na ideologia conservadora, mas no perfil político do eleito, que, historicamente, se destacou por suas declarações e discursos de ódio de forte teor misógino, racista e xenofóbico (LIMA, 2019; SILVA, 2021). Além disso, Jair Bolsonaro possui um histórico de ações e discursos que tensionam o sistema democrático, culminando em condenações judiciais por conduta antidemocrática. Tais discursos, que frequentemente levaram a condenações em esferas judiciais (AGÊNCIA BRASIL, 2025), representando hostilidade direta à pauta de enfrentamento à violência de gênero e a defesa dos direitos das mulheres, estas que são bandeira central da campanha de Gleide Ângelo. A vitória dela, nessas circunstâncias, configura um contraponto significativo, que reforça a importância do presente estudo.

1. CAPÍTULO I - ENTENDENDO A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM PERNAMBUCO E A JORNADA DA DEPUTADA DELEGADA GLEIDE ÂNGELO

A jornada de elaboração deste retrato da violência, sob a ótica das Políticas Públicas, possibilitou integrar minhas vivências pessoais, enquanto pesquisadora, a estudos de diferentes abordagens das Ciências Sociais. Foram utilizadas análises quantitativas como apoio ao debate, não descaracterizando a natureza qualitativa desta pesquisa.

1.1 A Violência como Expressão da Desigualdade de Gênero

Para introduzir o retrato da violência de gênero de forma clara, convém discorrer acerca de sua natureza. CORDEIRO (2023), em seu livro *"Violência contra as mulheres: (Re)produção de desigualdades nas políticas públicas"*, oferece diversos elementos que ancoram o argumento sobre as desigualdades de gênero precederem e possibilitarem a violência contra as mulheres. Portanto, assumo, neste trabalho, a premissa de que a violência não é um fenômeno isolado, na verdade é uma manifestação das estruturas sociais de dominação e subordinação (CORDEIRO, 2023).

As minhas vivências como pesquisadora me permitiram ministrar algumas palestras e debates sobre o tema, para os quais, utilizo estudos e referências já consagradas. Dentre os conteúdos que mais recorro, está um infográfico, produzido pelo SESC RJ (2021), que ilustra cronologicamente as principais conquistas de direitos das mulheres no Brasil:

Figura 1 – Linha do tempo do avanço dos direitos das mulheres no Brasil.



Fonte: Sesc RJ (2021)

O infográfico acima reúne decisões fundamentais na trajetória de conquista dos direitos das mulheres no Brasil, entre 1827 e 2018, apontando avanços legais e sociais que

moldaram a participação feminina na sociedade. Ao apresentar resoluções que vão desde a autorização para meninas frequentarem a escola e mulheres ingressarem em faculdades (1827), passando pelo direito ao voto (1932) e à gestão independente de seus recursos financeiros (1974), até a proteção contra a violência de gênero (2006), o infográfico não apenas constrói uma linha do tempo, mas também evidencia que, enquanto os homens já possuíam essas garantias consolidadas, as mulheres precisaram conquistar marcos legais para acessar direitos historicamente negados a elas. A partir desse ponto de vista e do debate de CORDEIRO (2023), adoto, neste trabalho, a perspectiva de que a desigualdade de gênero cria condições para a prática de múltiplas formas de violência contra mulheres.

O processo de incorporar experiências pessoais às diferentes perspectivas preexistentes sobre as raízes da violência, durante a construção deste trabalho, me atinou sobre como a sociedade, de forma normalizada, molda os padrões de comportamentos de meninos e meninas, criando um terreno fértil para as desigualdades. As relações sociais baseadas no patriarcado e suas instituições, admitem e legitimam a violência masculina (CORDEIRO, 2023). Neste sentido, a discussão sobre a socialização de gênero, que perpetua a desigualdade, encontra um eco didático e potente na obra *“Para educar crianças feministas”*, de Chimamanda Ngozi Adichie (2017). A autora, reconhecida mundialmente no campo feminista, oferece reflexões acessíveis sobre a igualdade de gênero que complementam a análise acadêmica sobre a estruturação da violência..

A ideia de que "'porque você é menina' nunca é razão para nada. Jamais" (ADICHIE, 2017) é um convite a desconstruir as amarras invisíveis que limitam o potencial feminino. Ela nos faz ver que, ao condicionar as mulheres a certos papéis e comportamentos, a sociedade impõe uma espécie de "camisa de força do gênero" (ADICHIE, 2017), que, de forma sutil ou explícita, pode pavimentar o caminho para diversas formas de violência. É como se a própria estrutura social, ao reforçar essas diferenças, criasse as condições para que a violência floresça. Por isso, para além de apenas descrever a violência, é preciso enxergar a desigualdade de gênero como seu alicerce fundamental.

1.1.1 Números que falam

Conforme indiquei no título deste item, utilizei fontes estatísticas para descrever a realidade sobre o fenômeno da violência. Afinal, para que violência possa ser, de fato, compreendida e, conseqüentemente, tratada, é preciso que seus contornos sejam delineados com responsabilidade. Nesse sentido, os dados estatísticos são ferramentas indispensáveis,

capazes de traduzir a complexidade do fenômeno em informações relacionadas à análise, à formulação de políticas públicas e ao debate de estratégias de enfrentamento.

O *Atlas da Violência 2025* (IPEA; FBSP, 2025) foi a referência central desta subseção, por sua abrangência e confiabilidade na análise dos índices de violência, incluindo os dados específicos sobre violência contra mulheres em Pernambuco. Este relatório, elaborado pelo Ipea e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, foi construído a partir de dados de fontes oficiais, produzindo uma visão detalhada e atualizada sobre as taxas de agressões e homicídios. A sua consistência metodológica e publicação recente o tornam satisfatório para embasar a discussão e os apontamentos sobre o enfrentamento da violência de gênero em Pernambuco.

No ano de 2023, Pernambuco perdeu 290 mulheres, vítimas de feminicídio. O impacto da dor da interrupção abrupta de tantas histórias chega a ser inimaginável. Esse número, por si só alarmante, ganha contornos ainda mais sombrios ao observar um aumento de 26,7% em relação ao ano anterior (IPEA; FBSP, 2025). Um lembrete cruel de que a violência letal contra as mulheres não apenas persiste, mas também se intensifica em Pernambuco, tornando-o um dos estados que tiveram os maiores aumentos de taxas de homicídios de mulheres nos últimos cinco anos, conforme nos alertam o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Ipea (2025).

Os dados obtidos sobre o cenário de violência pernambucano, através do *Atlas da Violência 2025*, não retratam meras estatísticas. Eles são o reflexo doloroso de uma realidade que fere e mata mulheres em todo estado, com uma crueldade ainda mais acentuada em relação às mulheres negras. Ainda em 2023, o estado liderou com 7,2% a taxa de homicídios de mulheres negras, realidade que acentua desigualdades de raça/cor entre vítimas de feminicídio (IPEA; FBSP, 2025).

Notei que o relatório de 2025 adota uma metodologia bem definida, o que ajuda a compreender as diversas formas de violência, classificando-as tanto pelos grupos de violência quanto pelos tipos de agressão. Quando se fala dos grupos, refere-se à relação entre a vítima e o provável agressor, e também ao ambiente onde a violência acontece. Por exemplo, a violência doméstica e intrafamiliar ocorre quando o agressor é um membro da família, como pai, mãe, cônjuge ou filho, e os episódios acontecem, principalmente, dentro de casa. Essa é, inclusive, a categoria mais frequente de violência sofrida por mulheres. Já a violência comunitária ou extrafamiliar envolve agressões realizadas por pessoas sem qualquer vínculo

familiar com a vítima, frequentemente fora do ambiente doméstico, como por vizinhos, colegas ou até desconhecidos em vias públicas. Há também a violência institucional, que se caracteriza por agressões cometidas por instituições públicas ou privadas, ou por seus representantes, no exercício de suas funções, como profissionais de Saúde, Segurança ou Educação. Por fim, a categoria misto/outros engloba casos mais complexos que envolvem mais de uma categoria de agressor ou situações que não se encaixam claramente nas classificações anteriores (IPEA; FBSP, 2025).

Além dos grupos, o trabalho também se debruça sobre os tipos de violência, que se referem à natureza da agressão e são registrados nas notificações do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) para mulheres vítimas de violência doméstica e intrafamiliar. A violência física é a forma mais frequentemente notificada, caracterizada pelo uso de força física que causa danos à vítima. Quando a vítima apresenta sinais de múltiplas agressões, como física e psicológica ou sexual e negligência, o caso é classificado como violência múltipla. A negligência ou abandono, por sua vez, refere-se a ações ou omissões que comprometem o bem-estar da pessoa, enquanto a violência psicológica envolve abuso emocional, frequentemente incluindo aspectos financeiros e econômicos. A violência sexual abrange casos de abuso e exploração sexual. Existe, ainda, uma categoria mais ampla de outras formas de violência, que pode incluir situações como tortura, tráfico de pessoas e intervenção legal, embora haja nomenclaturas específicas para violência contra a mulher (VCM) no SINAN se concentrem nas categorias mencionadas anteriormente (IPEA; FBSP, 2025).

Mantenho o meu compromisso em mostrar que a violência contra mulheres não começa, necessariamente, no golpe visível, e desdobra-se em formas que se ocultam sob as máscaras do cotidiano: no desrespeito, no controle, no silenciamento, nas sutilezas de dominação. Pretendo evidenciar como essas manifestações iniciais, desde emocionais, das simbólicas às verbais, configuram condições sociais que naturalizam a agressão corporal ou institucional. Muito além de um olhar meramente descritivo, busco a perspectiva das vozes negligenciadas.

A seguir, para fins de exemplificação, será descrito um caso real de violência, relatado em entrevista por uma das participantes desta pesquisa, que manifestou, de forma livre e consciente, sua aprovação com relação à exposição de seu nome e identidade, de forma excepcional. Enquanto responsável pela pesquisa, fui clara sobre os possíveis efeitos da

exposição, sejam eles sociais, emocionais ou jurídicos. Esta decisão foi tomada com pleno conhecimento dos riscos e benefícios. A escolha da participante pela identificação e inclusão do relato possuiu propósito: além de honrar sua voz à sua vivência, Karinnny pretendeu encorajar outras mulheres a romperem o silêncio e reconhecerem que suas histórias importam e podem servir como estímulo à denúncia, à reflexão e à transformação.

Karinnny Oliveira foi casada, por 12 anos, com um promotor de justiça, com quem teve dois filhos. Em 2007, por não suportar a situação de violência doméstica e familiar, solicitou a separação. No entanto, a medida não foi suficiente para interromper as agressões, e a vítima continuou a sofrer circunstâncias de alienação parental, violência física e iminência de prisão civil. Nos anos seguintes, a vítima enfrentou diversos processos judiciais, que resultaram na perda da guarda dos filhos e designação de pensão alimentícia em 80% do salário mínimo. À época, Karinnny não possuía emprego e renda, enquanto estudante bolsista, no mestrado da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), diferente do contexto vivenciado por seu ex-companheiro e promotor de justiça (LINS, 2014).

No ano de 2014, houve a determinação de mandado de prisão à Karinnny, pela dívida acumulada no total de R\$12 mil reais, mais adicionais de honorários advocatícios ao ex-marido. Caso não quitasse a dívida em pensão alimentícia, ela cumpriria pena na Colônia Penal Feminina de Buíque, que fica na Região Agreste de Pernambuco. Diferente de muitas outras mulheres em situação de violência, Karinnny conseguiu ajuda através de redes de apoio feministas, para se refugiar, enquanto foragida da polícia (LINS, 2014). Esse caso estampou páginas de jornais do país inteiro.

Embora a história de Karinnny pareça singela à primeira vista, este não é um caso isolado, é um sintoma de algo que ocorre em muitos lares: uma dor silenciosa, gestada nos mínimos detalhes da vida cotidiana, antes mesmo do reconhecimento da situação como um tipo de violência. Esse tipo de abuso percorre os espaços do dia-a-dia das mulheres, de forma persistente, dissimulada: no controle velado, na imposição, no silenciamento, na desigualdade de poder, no desrespeito às cidadãs que deveriam ser protegidas. Por isso, cabe insistir: não é apenas a agressão física que configura crime, há leis que reforçam isto. São danos, violações, desde o momento em que as palavras ferem, os gestos recusam ou até mesmo quando as oportunidades são negadas. A partilha deste relato busca inspirar um olhar mais atento e sensível às políticas direcionadas às mulheres. Para que as mulheres saibam, antes de tudo,

que sua experiência importa, e para que possamos responder como sociedade, não apenas quando o golpe se mostra, mas desde os primeiros sinais.

O relato de Karinny Oliveira materializa o que EVARISTO (2020) descreve como a fala de um corpo que não é apenas descrito, mas vivido. Sua narrativa de resistência à violência institucional expõe as feridas que ainda sangram no Brasil, utilizando a memória da dor não para causar compaixão, mas para afirmar a potência e o amparo das mulheres em luta. É uma *escrevivência* que articula a prática política com experiências da própria vida, de acordo com EVARISTO (2020).

1.1.2 Panorama da produção científica

Para dar continuidade ao aprofundamento temático proposto, destrincharei adiante os resultados obtidos através da Revisão Sistemática da Literatura (RSL) realizada neste processo, já, parcialmente, discutida no Grupo de Trabalho (GT) 1 - *Gênero e Sexualidade: Investigando Subjetividades e Relações de Poder*, durante o evento XVI Encontro de Ciências Sociais (ECS) da UFPE (2024).

Garantindo a consistência, transparência e profundidade metodológica desta análise, a Revisão adotou critérios rigorosos de mapeamento, conforme diretrizes do guia prático de ALVES *et al.* (2022). Este procedimento viabilizou uma pesquisa comparativa das produções, tratando o material selecionado como um *corpus* científico dinâmico, composto por artigos revisados por pares, que refletem as complexidades do enfrentamento à violência contra mulheres em Pernambuco.

O processo de construção do protocolo de análise iniciou-se com a delimitação do tema e da questão de pesquisa: "qual o quantitativo de estudos empíricos publicados sobre violência contra a mulher em Pernambuco?". A partir deste questionamento central, outras questões norteadoras emergiram para moldar a revisão, abrangendo desde o período e local das publicações até a interseção entre violência, políticas públicas e enfrentamento.

Quadro 1 – Protocolo da Revisão Sistemática

QUESTÕES NORTEADORAS PARA ANÁLISE DOS TRABALHOS	
Qual o período de publicação dessas pesquisas?	
De quais estados essas pesquisas vieram?	

Em quais divisões temáticas esses estudos foram apresentados?
Quais os autores e obras mais citados nos estudos?
De que forma houve a interseção entre violência contra a mulher, políticas públicas de gênero e enfrentamento da violência contra mulher em Pernambuco?
Quais são as contribuições dos estudos com relação às futuras pesquisas sobre a violência contra mulher em Pernambuco?

Fontes: Dados da pesquisa (2024).

Para a delimitação da pesquisa, foram criados critérios de inclusão e exclusão, com o objetivo de mitigar possíveis vieses. Determinei o critério de selecionar publicações do período entre 2014 a 2024, garantindo que fossem incluídas apenas publicações recentes e alinhadas às políticas públicas vigentes e à evolução do debate acadêmico. Além disso, foram considerados apenas artigos científicos, excluindo outros formatos de publicações. Com essa abordagem, busquei consolidar um panorama abrangente da produção científica sobre a violência contra a mulher em Pernambuco. Vide Quadro 2.

Quadro 2 – Critérios de delimitação da pesquisa

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO	CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO
Esta análise foi composta apenas por produções publicadas em formato de artigo	Não integraram esta análise outros formatos de publicações
Pesquisas realizadas entre 2014 e 2024	Artigos anteriores ao ano de 2014

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A seleção das bases de dados e descritores foi guiada pela necessidade de alcançar publicações relevantes em diferentes áreas. As bases utilizadas foram: PUBMED (relevância biomédica e saúde pública), SciELO (foco na América Latina e Brasil), Periódicos CAPES (bibliografia multidisciplinar e Ciências Sociais), Google Scholar (amplitude de formatos) e Search Rabbit (capacidade de refinamento). Os descritores de busca incluíram as expressões “violência contra a mulher” e “violência contra mulher”, considerando as variações linguísticas para maximizar a sensibilidade da busca, conforme ilustrado no Quadro 3.

Quadro 3 – Expressões de busca e palavras-chave do mapeamento

DESCRIPTORES DA PESQUISA
<u>Violência contra a mulher</u>

Violência contra mulher

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Foram, portanto, analisados e mapeados **19** artigos científicos, publicados entre 2014 e 2024, de acordo com as suas características de produção científica, explorando os desafios neles apontados, em busca, também, de diagnosticar possíveis lacunas de pesquisa, contribuindo, então, como parte da contextualização e justificativa desta dissertação.

A lista completa dos estudos selecionados, que serviram de base para a análise subsequente, encontra-se detalhada a seguir.

Quadro 4 – Artigos selecionados para análise

Nº	ESTUDOS SELECIONADOS PARA ESTA REVISÃO SISTEMÁTICA
1	A violência contra a mulher no sertão de Pernambuco: uma análise dos blogs locais
2	Da ocorrência em vida à morte padrões espaciais da violência contra a mulher em Pernambuco
3	Fatores associados aos homicídios de mulheres vítimas de violência
4	Homens agressores aspectos sociais presentes em boletins de ocorrência de violência contra a mulher na cidade de Bezerros-PE
5	Lei Maria da Penha relação entre feminicídio e falhas do Estado de Pernambuco nas medidas de proteção à mulher
6	Mulheres em situação de violência uma análise do sertão de Pernambuco
7	Projeto Educabella ações educativas para prevenção da violência contra a mulher nas escolas municipais de Ipojuca
8	Percepções de Profissionais da Saúde sobre Violência contra as Mulheres
9	Sertão, sertanejas e violência contra a mulher análise dos dados estatísticos do sertão de Pernambuco
10	Santas Marias, rogamos por vós igreja evangélica pernambucana e violência de gênero
11	Tendência e padrão espacial das notificações de estupro por parceiro íntimo contra mulheres no Nordeste do Brasil (2013-2022)
12	Uma análise sobre as notificações compulsórias de violência sexual ao SINAN em Petrolina-PE
13	Violência contra mulher no nordeste brasileiro tendência temporal de 2009 a 2018
14	Violência física contra a mulher sertaneja: perfil sociodemográfico em Arcoverde-PE, Brasil

15	Violência doméstica no Nordeste uma análise dos dados do Sistema de Informação de Agravos e Notificação (SINAN) entre 2009 e 2018
16	Violência contra as mulheres no estado de Pernambuco –Brasil perfil das agredidas e características das ocorrências notificadas entre 2015 e 2019
17	“Afasta de mim esse cale-se!” mulheres vítimas de violência doméstica e familiar em um município de Pernambuco
18	O impacto do CREAS no combate a violência contra a mulher
19	Perfil do agressor e fatores associados à violência contra mulheres

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Os resultados da pesquisa possibilitaram a observação bibliométrica e descritiva da produção analisada. A identificação do ano e da revista de publicação oferece um panorama da evolução temporal e dos veículos de divulgação científica.

Quadro 5 – Listagem de ano de publicação dos artigos e revista de publicação

Número	Nome do trabalho selecionado	Ano de publicação	Revista
1	A violência contra a mulher no sertão de Pernambuco: uma análise dos blogs locais	2018	Revista Caravana – Diálogos entre Extensão e Sociedade
2	Da ocorrência em vida à morte padrões espaciais da violência contra a mulher em Pernambuco	2021	Hygeia
3	Fatores associados aos homicídios de mulheres vítimas de violência	2020	Revista brasileira de Enfermagem REBEn
4	Homens agressores aspectos sociais presentes em boletins de ocorrência de violência contra a mulher na cidade de Bezerros-PE	2018	Revista UNIABEU
5	Lei Maria da Penha relação entre feminicídio e falhas do Estado de Pernambuco nas medidas de proteção à mulher	2023	Revista Científica Multidisciplinar (RECIMA21)
6	Mulheres em situação de violência uma análise do sertão de Pernambuco	2018	RP3 - Revista de Pesquisa em Políticas Públicas
7	Projeto Educabella ações educativas para prevenção da violência contra a mulher nas escolas municipais de Ipojuca	2020	Revista de Extensão do Instituto Federal Catarinense
8	Percepções de Profissionais da Saúde sobre Violência contra as Mulheres	2022	Revista Psicologia e Saúde

9	Sertão, sertanejas e violência contra a mulher análise dos dados estatísticos do sertão de Pernambuco	2020	Gênero
10	Santas Marias, rogamos por vós igreja evangélica pernambucana e violência de gênero	2022	Estudos de Religião
11	Tendência e padrão espacial das notificações de estupro por parceiro íntimo contra mulheres no Nordeste do Brasil (2013-2022)	2024	Revista Brasileira de Epidemiologia (epidemio)
12	Uma análise sobre as notificações compulsórias de violência sexual ao SINAN em Petrolina-PE	2023	Serv. Soc. & Saúde
13	Violência contra mulher no nordeste brasileiro tendência temporal de 2009 a 2018	2022	Saúde e Ambiente
14	Violência física contra a mulher sertaneja: perfil sociodemográfico em Arcoverde-PE, Brasil	2018	Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília
15	Violência doméstica no Nordeste uma análise dos dados do Sistema de Informação de Agravos e Notificação (SINAN) entre 2009 e 2018	2021	Research, Society and Development
16	Violência contra as mulheres no estado de Pernambuco –Brasil perfil das agredidas e características das ocorrências notificadas entre 2015 e 2019	2024	Revista Saúde em Redes
17	“Afasta de mim esse cale-se!” mulheres vítimas de violência doméstica e familiar em um município de Pernambuco	2019	Enferm Bras
18	O impacto do CREAS no combate a violência contra a mulher	2019	Id on Line Rev. Mult. E de Psicologia
19	Perfil do agressor e fatores associados à violência contra mulheres	2016	Cogitare Enfermagem

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Analisando o período de publicação (2014-2024), é observável que o ano de 2018 concentrou a maioria dos trabalhos (21,05%), seguido pelos anos de 2020 e 2022 (15,79% cada). O ano de 2016 apresentou o menor número de publicações relevantes selecionadas (5,26%).

Quadro 6 – Período de publicação dos artigos

ANO DE PUBLICAÇÃO DOS ESTUDOS SELECIONADOS		
Ano	Quantitativo	Porcentagem
2016	1	5,26%
2018	4	21,05%
2019	2	10,53%
2020	3	15,79%
2021	2	10,53%
2022	3	15,79%
2023	2	10,53%
2024	2	10,53%
Total	19	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Quanto à origem geográfica dos estudos, os dados evidenciam a predominância absoluta de Pernambuco como local de produção acadêmica, concentrando 73,68% das publicações. Isso reflete um interesse acadêmico alinhado às demandas sociais e peculiaridades regionais do estado. Outros estados como Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo apareceram com 5,26% cada.

Quadro 7 – Lugar das publicações

ESTADOS DE ONDE PARTIRAM OS ESTUDOS		
Estado	Quantitativo	Porcentagem
Pernambuco (PE)	14	73,68%
Minas Gerais (MG)	1	5,26%
Rio de Janeiro (RJ)	1	5,26%
Santa Catarina (SC)	1	5,26%
São Paulo (SP)	1	5,26%
Paraná (PR)	1	5,26%
Total	19	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

No que tange aos eixos temáticos, a maioria das publicações (47,37%) concentra-se na "Análise de Dados Estatísticos sobre a Violência contra a Mulher", sugerindo um esforço crescente em compreender a magnitude do problema. Em seguida, destacaram-se investigações sobre "Fatores Associados e Perfil de Agressores/Vítimas" (26,32%) e "Medidas de Proteção e Atendimento" (21,05%). A percepção sobre a violência e ações educativas aparecem com menor frequência.

Quadro 8– Eixos Temáticos das produções

EIXOS TEMÁTICOS DAS PUBLICAÇÕES SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA MULHER EM PERNAMBUCO			
Eixo Temático	Observações	Quantidade	Porcentagem
Análise de Dados Estatísticos sobre Violência Contra a Mulher	Esse eixo temático engloba trabalhos que analisam dados estatísticos sobre a violência contra a mulher em Pernambuco, incluindo a identificação de tendências temporais e padrões espaciais.	9	47,37%
Fatores Associados à Violência Contra a Mulher e Perfil de Agressores e Vítimas	Abrange trabalhos que investigam os fatores associados à violência contra a mulher, bem como o perfil de agressores e vítimas.	5	26,32%
Medidas de Proteção e Atendimento à Mulher em Situação de Violência	Inclui trabalhos que abordam as medidas de proteção e o atendimento à mulher em situação de violência, como a Lei Maria da Penha, a rede de serviços de apoio e os programas de proteção.	4	21,05%
Percepção e Conhecimento sobre Violência Contra a Mulher	Engloba trabalhos que exploram a percepção e o conhecimento sobre a violência contra a mulher entre profissionais da saúde, líderes religiosos e a população em geral.	3	15,79%

Ações Educativas para Prevenção da Violência Contra a Mulher	Trabalhos que descrevem ações educativas para a prevenção da violência contra a mulher, como o Projeto Educabella.	1	5,26%
Total		19	

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A análise das referências bibliográficas revelou que a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) é a principal base legal citada (21,05% dos trabalhos recorrentes), seguida por dados do IBGE e manuais do SINAN/Ministério da Saúde. A presença de Waiselfisz (Mapa da Violência) reforça a relevância da análise da violência como problema de saúde pública.

Quadro 9 – Principais fontes técnicas acionadas nas produções

Autor/Fonte	Trabalho	Quantitativo	Porcentagem
Brasil	Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006	4	21,05%
	Pacto Nacional Pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres	2	10,53%
	Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003	1	5,26%
	Lei nº 13.104/2015	1	5,26%
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	Censo Demográfico 2010	3	15,79%
	Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação	1	5,26%
Ministério da Saúde	Sinan relatórios: manual de operação	2	10,53%
	Roteiro para uso do Sinan NET	1	5,26%
Waiselfisz, J.J.	Mapa da Violência	2	10,53%

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

O Quadro 10 expõe a diversidade de pesquisas e abordagens sobre a violência contra a mulher em Pernambuco, incluindo análises de dados estatísticos, estudos de caso,

investigações sobre o perfil de agressores e vítimas, e avaliação de políticas públicas e serviços de atendimento. As pesquisas evidenciam a complexidade do problema e a necessidade de ações multidisciplinares e integradas para a prevenção e o enfrentamento da violência de gênero.

Quadro 10– Observações das obras relacionadas à violência contra a mulher e políticas públicas de gênero

Nº	Artigo	Interseção com Políticas Públicas de Gênero e enfrentamento à violência contra a mulher
1	A violência contra a mulher no sertão de Pernambuco: Uma análise dos blogs locais	O artigo utiliza a Análise Crítica do Discurso para examinar como blogs locais no Sertão de Pernambuco retratam a violência contra a mulher, revelando como a mídia pode influenciar a percepção social sobre o problema e perpetuar estereótipos de gênero. A autora destaca a necessidade de a mídia adotar uma postura crítica e responsável na cobertura de casos de violência, considerando as implicações para a vida das mulheres e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.
2	Da ocorrência em vida à morte: Padrões espaciais da violência contra a mulher em Pernambuco	A pesquisa analisa os padrões espaço-temporais da violência contra a mulher em Pernambuco, utilizando dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e Sistema de Informações Policiais (INFOPOL). Ao identificar áreas com maior incidência de violência, o estudo contribui para o direcionamento de políticas públicas e ações de prevenção, bem como para a alocação de recursos para os serviços de apoio e proteção às mulheres. A ênfase na necessidade de melhorias nas políticas públicas do estado direcionadas à proteção das mulheres em situação de violência e à ampliação dos serviços especializados destaca a importância da ação governamental para a redução da violência de gênero.

3	Fatores associados aos homicídios de mulheres vítimas de violência	Indica que registraram-se 32.308 casos de violência contra mulher e 1.162 homicídios. As chances de homicídio foram maiores para mulheres: vítimas de violência física (2,39 vezes mais), agressão por objeto de corte (2,32 vezes mais), agressão por arma de fogo (6 vezes mais) e quando houve reincidência da violência (3,82 vezes mais). Conclusões: encontrou-se associação da violência física, agressão por objeto de corte, agressão por arma de fogo, reincidência da violência com os homicídios de mulheres no estado de Pernambuco.
4	Homens agressores: Aspectos sociais presentes em boletins de ocorrência de violência contra a mulher na cidade de Bezerros-PE	O trabalho investiga o perfil social de homens agressores em casos de violência doméstica na cidade de Bezerros-PE, utilizando dados de boletins de ocorrência. A pesquisa contribui para a compreensão das características dos agressores e para a formulação de políticas públicas direcionadas à prevenção da violência e à ressocialização dos agressores. A identificação do perfil dos agressores como, em sua maioria, sujeitos em fase adulta, cônjuges ou ex-cônjuges, com baixo nível de escolaridade e trabalhos braçais, permite traçar estratégias mais eficazes para a intervenção e a quebra do ciclo da violência.
5	Lei Maria da Penha: Relação entre feminicídio e falhas do Estado de Pernambuco nas medidas de proteção à mulher	O artigo examina a relação entre o feminicídio e as falhas na aplicação da Lei Maria da Penha em Pernambuco. Ao analisar casos de feminicídio e as medidas protetivas concedidas às vítimas, a pesquisa aponta para as deficiências na proteção às mulheres e as possíveis causas para a ineficácia da Lei em alguns casos. A discussão sobre os requisitos para a solicitação de medidas protetivas e a necessidade de um registro detalhado da violência nos boletins de ocorrência contribuem para aprimorar a

		aplicação da Lei e fortalecer a proteção às mulheres.
6	O impacto do CREAS no combate à violência contra a mulher	A pesquisa investiga o papel do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) no atendimento a mulheres vítimas de violência em um município de Pernambuco. O estudo revela os desafios enfrentados pelos profissionais do CREAS, como a burocracia estatal e a fragmentação das políticas públicas. A necessidade de um roteiro de atuação mais articulado para o atendimento às mulheres em situação de violência e a importância da abordagem integral da família são pontos cruciais levantados pela pesquisa para aprimorar os serviços do CREAS e oferecer um suporte mais efetivo às vítimas
7	Projeto Educabella: Ações educativas para prevenção da violência contra a mulher nas escolas municipais de Ipojuca	O artigo descreve o Projeto Educabella, que desenvolve ações educativas para a prevenção da violência contra a mulher nas escolas municipais de Ipojuca-PE. O projeto, ao abordar a temática da violência de gênero com adolescentes, contribui para a conscientização dos jovens e a construção de uma cultura de paz e respeito. A ênfase na importância de trabalhar com todos os personagens envolvidos no ciclo de violência, incluindo os adolescentes masculinos, destaca o papel da educação na desconstrução da masculinidade hegemônica e na promoção da igualdade de gênero

8	Percepções de profissionais da saúde sobre violência contra as mulheres	A pesquisa investiga a percepção de profissionais da saúde sobre a violência contra as mulheres em uma região do sertão de Pernambuco. O estudo revela a dificuldade dos profissionais em reconhecer os diferentes tipos de violência, a presença de visões preconceituosas em relação à mulher e o desconhecimento da rede de serviços e legislações pertinentes. A pesquisa destaca a necessidade de capacitação dos profissionais da saúde para a identificação, o acolhimento e o encaminhamento adequado dos casos de violência, apontando para a importância da formação continuada para garantir um atendimento humanizado e eficaz às mulheres em situação de violência.
9	Sertão, sertanejas e violência contra a mulher: Análise dos dados estatísticos do sertão de Pernambuco	O artigo examina dados estatísticos sobre a violência contra a mulher na região do Sertão do Araripe, Pernambuco, entre 2015 e 2018, com foco nos registros de violência doméstica e familiar, solicitações de medidas protetivas, e taxas de homicídios de mulheres e feminicídio. A autora identifica a baixa procura por serviços de proteção, como o 190 Mulher e o Monitoramento Eletrônico, e a necessidade de ampliação da divulgação e oferta de serviços de apoio às mulheres, além de maior integração entre o judiciário e os serviços municipais. A análise destaca a importância de se considerar os marcadores de gênero e regionalidade nas políticas públicas de enfrentamento à violência, reconhecendo as especificidades do contexto sertanejo e a necessidade de ações direcionadas para essa realidade.

10	Santas Marias, rogamos por vós: Igreja evangélica pernambucana e violência de gênero	O trabalho investiga o perfil religioso de mulheres vítimas de violência de gênero atendidas por programas de proteção em Pernambuco, e a percepção das igrejas evangélicas sobre a violência contra a mulher. Ao analisar dados da Secretaria da Mulher de Pernambuco e realizar pesquisa de opinião com líderes e membros de igrejas evangélicas, o estudo revela que, apesar de as igrejas tentarem lidar com a questão internamente por meio de aconselhamento pastoral e pregação, há baixo índice de encaminhamento para programas de proteção do Estado. Os autores defendem a importância do Estado reconhecer o campo religioso, especialmente as igrejas evangélicas, como um espaço para implementação de políticas públicas de prevenção e intervenção contra a violência de gênero, considerando a influência da religião na vida das pessoas e a possibilidade de transformação social a partir do debate dentro das comunidades religiosas.
11	Tendência e padrão espacial das notificações de estupro por parceiro íntimo contra mulheres no Nordeste do Brasil (2013–2022)	Analisa a tendência e o padrão espacial das notificações de estupro por parceiro íntimo contra mulheres no Nordeste do Brasil. E tem-se que a tendência das taxas de estupro contra mulheres perpetrado pelo parceiro íntimo aumentou no Nordeste, principalmente entre as mais jovens e por namorados, tendo maior aglomerado de notificações no Ceará e em Pernambuco.

12	Uma análise sobre as notificações compulsórias de violência sexual ao SINAN em Petrolina-PE	O estudo analisa as notificações compulsórias de violência sexual contra mulheres no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) em Petrolina-PE, entre 2019 e 2021. A pesquisa demonstra a subnotificação dos casos, especialmente durante a pandemia de COVID-19, e destaca a vulnerabilidade de crianças e adolescentes, com a maioria das agressões ocorrendo no âmbito domiciliar. O autor defende a importância da notificação compulsória como instrumento de gestão para a proteção da saúde da vítima, mas reconhece que a subnotificação é um desafio a ser enfrentado. A pesquisa evidencia a necessidade de um olhar atento para as relações de gênero e suas disparidades no atendimento às vítimas de violência sexual, e a importância da articulação da rede de proteção intersetorial para garantir a integralidade do cuidado.
13	Violência contra mulher no Nordeste brasileiro: Tendência temporal de 2009 a 2018	A pesquisa analisa a tendência temporal dos casos de violência contra a mulher no Nordeste do Brasil entre 2009 e 2018, utilizando dados do SINAN. O estudo constata uma alta prevalência de casos, apesar da Lei Maria da Penha (2006) e das políticas de saúde implementadas. Os autores argumentam que a alta prevalência aponta para a necessidade de se repensar as medidas de educação e segurança para torná-las mais efetivas no combate à violência contra a mulher. A análise temporal contribui para a avaliação da efetividade das políticas públicas implementadas e para o direcionamento de novas ações e estratégias de enfrentamento à violência de gênero na região

14	Violência física contra a mulher sertaneja: Perfil sociodemográfico em Arcoverde-PE, Brasil	A pesquisa investiga o perfil sociodemográfico de mulheres vítimas de violência física em Arcoverde-PE, um município do sertão pernambucano. O estudo aponta para a subnotificação dos casos e destaca a importância da participação de profissionais de saúde, como odontologistas e clínicos gerais, na identificação e notificação da violência, evidenciando a importância da atuação da rede de saúde no enfrentamento à violência contra a mulher. A coleta de dados sobre os inquéritos policiais relativos aos casos de violência física demonstra a necessidade de um sistema de informação mais integrado e eficiente para o acompanhamento e a análise da violência contra a mulher.
15	Violência Doméstica no Nordeste: Uma análise dos dados do Sistema de Informação de Agravos e Notificação (SINAN) entre 2009 e 2018	O trabalho analisa dados de violência doméstica contra a mulher no Nordeste, utilizando o SINAN entre 2009 e 2018. A pesquisa destaca a importância do SINAN como ferramenta para a formulação de políticas públicas de enfrentamento à violência, reconhecendo a complexidade do problema e a necessidade de uma abordagem interdisciplinar que envolva diferentes setores da sociedade. Os autores apontam para a limitação da rede de atendimento às mulheres em situação de violência no Brasil, apesar dos avanços nas políticas públicas, o que reforça a necessidade de investimentos e fortalecimento dos serviços de apoio e proteção às mulheres.

16	Mulheres em situação de violência: Uma análise das políticas públicas do sertão de Pernambuco	<p>O artigo analisa as políticas públicas para mulheres em situação de violência no Sertão do Araripe, Pernambuco, com foco no mapeamento da rede de atendimento e na efetividade das ações de combate à violência. A pesquisa identifica fragilidades na rede de atendimento, a falta de articulação entre os órgãos e a subnotificação dos casos, resultando em serviços pouco resolutivos para as mulheres. A autora destaca a necessidade de um trabalho em rede mais eficiente e integrado para garantir a proteção e o acesso aos direitos das mulheres em situação de violência, considerando as particularidades da região do Sertão e a importância de políticas públicas direcionadas a essa realidade.</p>
17	Violência contra as mulheres no estado de Pernambuco – Brasil: Perfil das agredidas e características das ocorrências notificadas entre 2015 e 2019	<p>A pesquisa analisa dados de notificações de violência contra a mulher em Pernambuco entre 2015 e 2019, utilizando o SINAN. O estudo descreve o perfil das vítimas e as características das ocorrências, destacando a importância da Lei Maria da Penha e a necessidade de ações de prevenção e combate à violência de gênero. O artigo reforça a importância da coleta e análise de dados para a compreensão da violência contra a mulher e a formulação de políticas públicas eficazes, evidenciando a relevância do SINAN como ferramenta para o monitoramento e avaliação da situação da violência no estado.</p>

18	“Afastem-me esse cale-se!”: Mulheres vítimas de violência doméstica e familiar em um município de Pernambuco	A pesquisa analisa a experiência de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar em um município de Pernambuco, com foco nas dificuldades de romper o ciclo de violência e buscar ajuda. A partir de entrevistas com mulheres atendidas em um serviço de saúde, o estudo revela o medo, a vergonha, a dependência financeira e a culpabilização como fatores que impedem a denúncia e a busca por apoio. A pesquisa destaca a importância dos serviços de saúde como porta de entrada para a rede de atendimento e a necessidade de um acolhimento humanizado e qualificado para as vítimas de violência.
19	Perfil do agressor e fatores associados à violência contra mulheres	O trabalho aborda a violência contra a mulher como um problema global de saúde pública e de direitos humanos, ressaltando a importância da Lei Maria da Penha como um marco legal para a igualdade de gênero e proteção contra a violência doméstica, fomentando o debate sobre o tema. A análise do perfil dos agressores e dos fatores associados à violência demonstra a necessidade de formular políticas públicas de proteção e prevenção, sendo a identificação desses fatores crucial para a vigilância em saúde e a atuação da rede intersetorial. O estudo enfatiza que compreender o perfil do agressor é fundamental para criar estratégias de enfrentamento direcionadas, auxiliando no combate às desigualdades de gênero e no desenvolvimento de medidas preventivas e de assistência para mulheres em situação de violência, além de otimizar a aplicação de recursos e programas de proteção.

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Com base na análise realizada, foram identificados temas inovadores para futuras pesquisas, visando preencher as lacunas de conhecimento e aprofundar a compreensão sobre a violência no estado.

Quadro 11 – Temas inovadores para futuras pesquisas sobre violência contra mulher em Pernambuco, com base nos trabalhos analisados

Tema	Justificativa
Análise do discurso da mídia sobre a violência contra a mulher	Aprofundar a investigação sobre como a mídia, além dos blogs, retrata a violência contra a mulher, analisando a linguagem utilizada e como ela pode influenciar a percepção da sociedade sobre o problema.
Efetividade das políticas públicas e serviços de apoio em diferentes áreas geográficas	Avaliar a efetividade das políticas públicas e dos serviços de apoio em diferentes regiões de Pernambuco, considerando as particularidades de cada área e a acessibilidade das mulheres aos serviços.
Impacto da violência sofrida pela mulher na forma como ela cria e educa seus filhos	Investigar como a violência doméstica e familiar impacta a dinâmica familiar e as relações maternas, analisando as consequências para o desenvolvimento das crianças e a perpetuação do ciclo de violência.
Influência da religião na violência contra a mulher	Analisar como diferentes grupos religiosos em Pernambuco abordam a questão da violência doméstica e familiar, investigando a influência de crenças e práticas religiosas na perpetuação da violência e no apoio às vítimas.
Subnotificação dos casos de violência contra a mulher e os fatores que a influenciam	Investigar as barreiras que impedem as mulheres de denunciarem a violência, as dificuldades dos profissionais de saúde na identificação e notificação dos casos, e a influência de fatores culturais e sociais na subnotificação.
Relação entre violência contra a mulher e o abandono escolar e/ou do trabalho	Analisar como a violência doméstica e familiar impacta a vida social e econômica das mulheres, investigando a relação entre a violência e o abandono escolar e/ou do trabalho.

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Mesmo com toda riqueza dos diagnósticos trazidos nos trabalhos e as sugestões de temas futuros, pude identificar uma lacuna crítica entre as produções: nenhum dos 19 trabalhos analisados se debruçou sobre o papel do poder legislativo como agente de enfrentamento à violência.

A produção acadêmica local tende a focar no Executivo (políticas públicas) e no Judiciário (aplicação da lei), excluindo do debate a esfera política onde as leis são criadas, os recursos são alocados e a fiscalização das ações governamentais ocorre.

Os resultados da RSL reforçaram a escassez de trabalhos que analisem, na prática, o funcionamento de mandatos legislativos com relação às políticas de proteção às mulheres. Em contribuição, esta análise do mandato da deputada Delegada Gleide Ângelo explora o diálogo entre as instituições e a representação política, os modos de saírem do papel e virar ações concretas.

Aprofundando a análise dos 19 artigos mapeados, o cruzamento das interseções entre os estudos e as políticas públicas revela como as pesquisas abordam aspectos institucionais, legais e sociais.

A violência contra a mulher no estado continua sendo uma ferida aberta. Apesar de avanços importantes, como a criação da Lei Maria da Penha no ano de 2006, a recorrência de casos de violência segue alarmante. Em 2024, no estado de Pernambuco, foram registrados 54.481 casos de violência doméstica e familiar, representando um aumento de 3,96% em relação aos 52.404 casos registrados em 2023 (SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DE PERNAMBUCO *apud* REDE DE OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA, 2024).

Como fonte da produção acadêmica local sobre a temática, os resultados da RSL indicaram três desafios centrais para o debate a seguir: a interseccionalidade da vulnerabilidade, a fragilidade sistêmica da rede de enfrentamento e a profunda influência de fatores socioculturais.

O conceito de interseccionalidade que utilizo neste trabalho se baseia no argumento de LIRA (2020), de que as mulheres, em diferentes regiões, estão expostas a diferentes tipos de violência, de diferentes formas. Os estudos selecionados evidenciaram que a vulnerabilidade à violência é intensificada na intersecção de fatores como faixa etária, escolaridade e raça/cor.

Neste contexto, as mulheres jovens estão no grupo de alta prevalência, ou seja, de maior risco, com destaque para a faixa de 20 a 39 anos (SOUSA *et al.*, 2022), com destaque também para o aumento preocupante de casos de estupros entre jovens de 15 a 19 anos na região Nordeste (OLIVEIRA *et al.*, 2024).

A baixa escolaridade é outro fator que determina uma maior expectativa de sofrer violência (VASCONCELOS *et al.*, 2016) e à maior dependência financeira do agressor, o que dificulta o rompimento do ciclo de violência (SILVA; CARDOSO, 2018).

Em relação à raça/cor, as mulheres pardas entre o número de vítimas mais notificadas, chegando a 63,1% nos casos de estupro por parceiro íntimo no Nordeste (OLIVEIRA *et al.*, 2024). Este dado escancara a necessidade de analisar criticamente sobre como o racismo estrutural permeia a cultura machista (COSTA; ALCOFORADO, 2023). A complexidade dos dados ainda piora por conta da alta incompletude do campo raça/cor nos registros oficiais, com estudos apontando que até 74,4% dos inquéritos em municípios como Arcoverde não continham essa informação (MOREIRA *et al.*, 2018).

Em todos os estudos analisados, ao reconhecer a existência da rede de enfrentamento, foram apontadas fragilidades estruturais que comprometem sua eficácia. Se destacam essas fragilidades em dois níveis principais: a subnotificação e a desarticulação dos serviços.

O Abismo da Subnotificação: A subnotificação é um desafio persistente, que cria um "abismo entre os números expressos e a realidade" (LIRA; CASTRO, 2022). As causas são complexas, envolvendo o medo de represálias e a vergonha da vítima (VASCONCELOS *et al.*, 2016), mas também fatores institucionais. O despreparo e a visão preconceituosa de profissionais, que, por vezes, minimizam a agressão ou desconhecem a própria rede de apoio, contribuem diretamente para que os casos não sejam notificados (LIRA; CASTRO, 2022). Junto a isso, as falhas sistêmicas no preenchimento de variáveis cruciais nas fichas de notificação impedem a formulação de políticas públicas baseadas em evidências precisas (BARROS *et al.*, 2021; COSTA; ALCOFORADO, 2023).

A Desarticulação da Rede de Apoio: A falta de articulação entre os serviços de saúde, justiça e assistência social fornecidos é um obstáculo central (LIRA, 2018; LIRA; CASTRO, 2022). A insuficiência de serviços especializados, como delegacias e juizados, é mais acentuada no interior do estado, como no Sertão (LIRA, 2018). Mesmo nos lugares onde os serviços existem, como os CREAS, a comunicação, muitas vezes, é falha, sem um fluxo de assistência estabelecido, o que leva a um atendimento fragmentado e "pouco resolutivo" (LIRA, 2018; LIRA, 2020). Essa ineficiência gera descrença nas vítimas, que duvidam da punição dos agressores e desistem de buscar ajuda institucional (SILVA; CLEONE, 2019).

A cultura patriarcal e machista, aparece como pilar da violência, sendo reforçada e reproduzida por instituições sociais importantes, como a religião e a mídia. O campo religioso, especificamente o evangélico em Pernambuco, apresenta um paradoxo. Embora haja conhecimento de casos de violência nas comunidades de fé, a abordagem utilizada nesses

casos ainda é teológica, priorizando dogmas como a indissolubilidade do casamento em detrimento da segurança da mulher (CAMPOS; SILVA, 2022), incentivando a normalização da violência nas relações conjugais sem haver consequências aos agressores. Assim, a violência é tratada como "pecado", e não como um problema de segurança e saúde pública, o que reforça a necessidade de maior aproximação entre o poder público e as lideranças religiosas (CAMPOS; SILVA, 2022).

As mídias locais, especialmente os blogs e rádios do Sertão pernambucano, exercem um papel igualmente ambivalente. Por um lado, são veículos de informações essenciais. Por outro, podem perpetuar estereótipos ao usar uma linguagem que "coisifica" a mulher ou justifica a violência, na recorrente busca pelas "motivações da violência", reforçando o "ethos do homem: valente, corajoso, 'cabra-macho'" (LIRA, 2014). Portanto, a cobertura midiática, existe como um campo crucial que pode tanto reforçar a cultura da violência quanto ser um poderoso aliado na sua desconstrução.

1.2 Trajetória e atuação do mandato da Deputada delegada Gleide Ângelo

Parte do debate apresentado a seguir foi previamente divulgada em NEGROMONTE (2025), publicada nos anais do *VI Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas*. Nesta seção, ele será retomado e expandido para o contexto aprofundado da dissertação.

Analisar o mandato da deputada delegada Gleide Ângelo exige o resgate de sua trajetória preliminar, peça fundamental para entender a sua ascensão política. Antes de ser eleita, Gleide Ângelo construiu, em Pernambuco, uma sólida reputação como delegada da Polícia Civil, atuando em casos complexos e de grande repercussão envolvendo feminicídios, estupro e desaparecimentos de mulheres.

1.2.1. A Construção de uma Figura Pública: Da Carreira Policial à Ascensão Política

Gleide Ângelo, graduada em Administração de Empresas e em Direito, com pós-graduação em Gestão em Segurança Pública, ingressou na corporação como Agente de Polícia em 2003 e, cinco anos depois, tornou-se Delegada de Polícia. Sua atuação em unidades estratégicas como o Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), a Delegacia de Homicídios de Olinda e o Departamento de Polícia da Mulher (DPMUL) a posicionou na linha de frente do combate à criminalidade no estado (Gleide Ângelo, s.d.; ALEPE, s.d.).

A sua participação na resolução de casos de grande repercussão estadual e nacional, conferiu-lhe notoriedade e reconhecimento por sua competência e dedicação (Marco Zero Conteúdo, 2018).

“Onde tudo começou?” Apresento, nesta seção, um panorama dos casos de grande repercussão ao leitor para ilustrar a representatividade e notoriedade da deputada delegada Gleide Ângelo, em Pernambuco, durante sua atuação como delegada da Polícia Civil.

Quadro 12. Descrição de casos policiais de grande repercussão em que a delegada esteve presente

Caso de grande repercussão	Descrição
<p>Caso Jennifer Kloker</p>	<p>O caso trata do assassinato da turista alemã Jennifer Kloker, de 23 anos, que foi encontrada morta com quatro tiros no peito em 17 de fevereiro de 2010, na rodovia BR-408, em São Lourenço da Mata, Pernambuco. A motivação do crime foi a existência de um seguro de vida de R\$1,2 milhão em nome da vítima, cujo beneficiário seria o ex-sogra, além da guarda do filho, pois Jennifer não queria morar no Brasil. Cinco pessoas foram indiciadas por homicídio triplamente qualificado: a ex-sogra da vítima (apontada como mandante); o autor dos disparos; o ex-sogra da vítima; o viúvo e o irmão da ex-sogra (por comprar a arma e fazer a ponte entre a mandante e o atirador). Quatro dos cinco indiciados foram presos. Uma carta da ex-sogra, dirigida ao filho (o viúvo), instruindo-o a continuar negando o crime, foi entregue à polícia pelo próprio viúvo e anexada ao inquérito. Jennifer era casada há cinco anos com um pernambucano de nacionalidade italiana, vivia na Itália e estava visitando parentes no Recife, com retorno marcado para 20 de março (O GLOBO, 2010).</p> <p>A delegada Gleide Ângelo foi a responsável pelo caso. Juntamente com o delegado Alfredo Jorge, ela desvendou o crime, concluindo que o assassinato foi tramado pela sogra de Jennifer, Delma Freire, que planejava ficar com o seguro de vida. Gleide</p>

	<p>declarou que Delma Freire seria indiciada por homicídio e afirmou que o inquérito seria concluído e relatado, independentemente de uma confissão. Ela concluiu que a ex-sogra planejou cada detalhe do assassinato. O inquérito foi concluído e encaminhado ao Ministério Público (O GLOBO, 2010).</p>
<p>Caso Beatriz Mota</p>	<p>Este caso se refere ao assassinato da menina Beatriz Mota, que morreu após sofrer 42 facadas em 10 de dezembro de 2015, durante uma festa de formatura de segundo grau do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, em Petrolina, Pernambuco. Beatriz, que tinha sete anos, havia pedido à mãe para beber água e foi encontrada morta cerca de 30 minutos depois, no depósito de materiais esportivos do colégio, junto com a faca que teria sido utilizada no crime. As investigações se arrastaram por quase um ano, sem que ninguém fosse preso, o que gerou diversos protestos de familiares e amigos da vítima. A polícia tinha informações de que cinco pessoas participaram do homicídio e divulgou um retrato falado e imagens de um homem suspeito, descrito como de cor negra, magro, cabelos cacheados, cerca de 1,65 metro de altura, vestindo camisa verde, calça jeans e sapatos fechados. A perícia identificou DNA masculino no cabo da faca e sob as unhas da criança, sendo dois perfis distintos. Sessenta e cinco exames comparativos de DNA com suspeitos deram negativo até aquele momento, e a perícia sexológica descartou a possibilidade de violência sexual contra a criança. Os pais de Beatriz se reuniram com o ministro da Justiça, que se prontificou a oferecer cooperação da Polícia Federal junto com a Polícia Civil, e do Ministério Público (JC ONLINE, 2016a).</p> <p>A delegada Gleide Ângelo, já reconhecida pela resolução de casos de grande repercussão em Pernambuco, foi anunciada para assumir o comando da operação que investigou o Caso Beatriz (JC ONLINE, 2016a).</p>

<p>Caso Júlia Cavalcanti de Alencar</p>	<p>Este caso trata do desaparecimento da menina Júlia Cavalcanti de Alencar, que na época tinha um ano e dez meses. A criança foi raptada em julho de 2016 pelo seu pai, Janderson Alencar (JC ONLINE, 2016b).</p> <p>Gleide Ângelo teve um papel fundamental neste caso, sendo mencionada por ajudar a desvendar o desaparecimento. Sob seu comando, a polícia conseguiu descobrir o paradeiro da menina e de seu pai, que foi preso no Amapá com a criança (JC ONLINE, 2016b).</p>
--	--

Fonte: Elaborado pela autora.

O reconhecimento do trabalho de Gleide Ângelo ultrapassou os limites da instituição policial e ganhou ampla projeção na mídia, um fator crucial para a construção de sua imagem pública. A imprensa pernambucana passou a retratá-la como uma profissional de destaque, e a cobertura de sua atuação em casos complexos contribuiu para a formação de sua reputação. Até mesmo a sua transferência do DHPP para a Delegacia de Olinda, em 2015, por exemplo, tornou-se um evento midiático, gerando debates na Câmara Municipal do Recife e mobilizando a opinião pública, o que demonstra o capital político e a visibilidade que ela já tinha naquele ano (CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE, 2015). Reportagens em programas de grande audiência, como o Bom Dia PE, da TV Globo, buscaram humanizar sua imagem, apresentando os “bastidores” de sua vida e aproximando-a do público (GLOBOPLAY, 2017). Essa exposição midiática foi fundamental para consolidar a percepção de Gleide Angelo como uma figura pública confiável e comprometida com a segurança da população.

O capital político e a popularidade, construídos através de sua carreira na Polícia Civil e da repercussão midiática de seu trabalho, foram decisivos para o ingresso de Gleide Ângelo na política. Em 2018, ao ingressar na esfera política, Gleide era gestora do Departamento de Polícia da Mulher, órgão da Polícia Civil de Pernambuco. Reconhecida por sua atuação no enfrentamento da violência contra mulheres no estado, filiou-se, no mesmo ano, ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) e candidatou-se pela primeira vez a deputada estadual (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2018). Em entrevista ao *Correio Braziliense* (2022), a delegada revelou que sua trajetória de 18 anos na Segurança Pública foi decisiva para que disputasse as eleições. Seu objetivo era atuar na formulação de políticas públicas de prevenção à violência: “eu estava chegando tarde demais [...] preciso agora arrumar uma forma de trabalhar não mais

para prender o assassino, mas para que a mulher não morra”³. Para Gleide, a política representava o caminho para essa transformação.

O argumento da delegada, fundamentado em sua experiência profissional, não se restringe ao campo político, articula-se também com debates acadêmicos sobre as lacunas nas políticas de segurança pública. Como pesquisadora da área, identifiquei o alinhamento de seu discurso com reflexões de produções anteriores. Retomo, assim, achados de minha pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC) realizada em 2018, posteriormente publicada, na qual, ao analisar comparativamente políticas públicas do Brasil e do México, constatei a necessidade de descentralizar as ações de prevenção à violência contra as mulheres no Brasil (NEGROMONTE, 2022).

Historicamente, a demanda pela descentralização das políticas de prevenção persiste, embora o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), lançado em 2004 pelo Governo Federal, já estabelecesse diretrizes de atuação como: 1) Autonomia, Igualdade no Mundo do Trabalho e Cidadania; 2) Educação Inclusiva e Não Sexista; e 3) Saúde das Mulheres, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, iniciativas que considero preventivas. Em 2007, com o intuito de viabilizar a implementação das políticas do PNPM, o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra Mulheres foi criado para firmar acordos entre as esferas federal, estaduais e municipais. Tal pacto indica uma inclinação à descentralização que, na prática, ainda se mostra precária (NEGROMONTE, 2022). Fica evidente, portanto, que a motivação da delegada encontra respaldo tanto em estudos acadêmicos quanto em instrumentos institucionais.

1.2.2 O Mandato como Instrumento de Representação Política: Debate sobre o papel do mandato legislativo na defesa dos direitos das mulheres e no combate à violência de gênero

A construção de políticas públicas, no Brasil, tem um histórico de dependência de engajamento comunitário, um fenômeno que, segundo CRUZ (2024), aponta uma lacuna na compreensão do papel ativo das mulheres. Nesse contexto, o mandato da deputada delegada Gleide Ângelo emerge como um objeto de estudo relevante, pois sua metodologia de trabalho, baseada na articulação com a comunidade, oferece um exemplo prático de como preencher essa lacuna. Ao focar na agenda do enfrentamento à violência contra a mulher, o mandato, consequentemente, alinha sua atuação às demandas de movimentos feministas e da sociedade

³ Trecho retirado da entrevista e suprimido por não ser relevante ao escopo da análise, sem prejuízo ao sentido original da fala.

civil organizada, transformando a representação política em um instrumento potente para a defesa dos direitos das mulheres, como aponta a análise de PRUDÊNCIO *et al.* (2022).

Os desafios na implementação de políticas para mulheres, como a falta de padronização e a fragmentação intersetorial debatidas por SOARES *et al.* (2024), demandam ações estratégicas. Nesse sentido, as iniciativas precursoras do mandato da deputada delegada Gleide Ângelo, como palestras e articulações com a sociedade civil, funcionam como mecanismos para diagnosticar e mitigar precisamente esses obstáculos. Tais ações também expõem os problemas do sistema de justiça, reforçando a urgência de otimizar a resposta judicial antes mesmo da proposição de novas leis, uma necessidade sublinhada por Feitosa e Benevides (2022).

Adicionalmente, Sales e Azevedo (2020) destacam que a articulação com a sociedade civil é crucial para superar a fragmentação dos serviços. As iniciativas da deputada, portanto, representam uma ruptura com esse modelo fragmentado. Ao combinar campanhas de conscientização com a articulação entre diferentes setores, valendo-se de sua experiência prévia na segurança pública, seu mandato promove uma abordagem integrada e especializada no enfrentamento à violência contra a mulher.

2. Capítulo II - PERCURSOS METODOLÓGICOS

Este capítulo detalha o caminho metodológico percorrido para alcançar os objetivos da dissertação, com foco no desenho da pesquisa, coleta de dados e estratégias de análise. A metodologia foi projetada para articular a análise da ação institucional (mandato parlamentar) com a percepção dos atores sociais (movimentos feministas), com base no referencial teórico do feminismo crítico. A articulação desses elementos e os objetivos da pesquisa estão sintetizados no Quadro 13 abaixo.

Quadro 13 - Síntese do Desenho Metodológico

Objetivo Específico	Fonte	Técnica de coleta	Técnica de análise
OE (i): Traçar um retrato da Violência Contra a Mulher em Pernambuco, com base em publicações anteriores.	Bases de dados científicas (PUBMED, SciELO, Periódicos CAPES, Google Scholar, Search Rabbit).	Revisão Sistemática da Literatura (RSL) com protocolo PRISMA.	Análise Bibliométrica e Análise Substantiva (ALVES <i>et al.</i> , 2022).
OE (ii): Descrever a trajetória e o papel do mandato da deputada delegada Gleide Ângelo.	Documentos oficiais, site oficial, redes sociais e banco de dados da ALEPE.	Pesquisa Documental e Bibliográfica.	Análise de Conteúdo Qualitativa e Análise Reflexiva Temática (ATR).
OE (iii): Entender como os movimentos sociais de mulheres em Pernambuco veem a atuação do mandato no combate à VCM.	Representantes de nove (9) movimentos sociais e ativistas feministas de Pernambuco.	Entrevistas semi estruturadas (roteiro com 15 questões principais).	Análise Reflexiva Temática (ATR) (Braun & Clarke, 2021).
OE (iv): Discutir as leis propostas pelo mandato da deputada relacionadas ao combate à VCM que já foram sancionadas.	Leis Ordinárias sancionadas e proposições legislativas (PLs e Indicações) no portal da ALEPE.	Análise Documental (mapeamento por termos-chave).	Análise de Conteúdo Qualitativa combinada com Análise Reflexiva Temática (ATR).

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme expresso no Quadro 13, o desenho metodológico foi estruturado para alcançar cada objetivo específico, amparados por fontes de dados e técnicas de análise condizentes com a complexidade do fenômeno estudado. A integração entre a Revisão Sistemática da Literatura (RSL), o mapeamento legislativo e a escuta dos movimentos sociais permitiu uma triangulação de dados, fortalecendo a validade da pesquisa. Esse alinhamento assegura que a análise não se restrinja apenas à dimensão institucional do mandato legislativo, mas que também incorpore as percepções das ativistas e o rigor científico das produções acadêmicas anteriores, sob orientação da Perspectiva Transformativa e da Teoria Feminista.

2.1 Fundamentos teóricos e filosóficos

Para estruturar a metodologia do trabalho, baseei-me em CRESWELL (2021), aderindo ao processo, inicialmente, a ótica da Perspectiva Transformativa para delimitar a natureza da pesquisa. Essa perspectiva carrega um pressuposto filosófico, ou seja, uma forma de enxergar a produção de conhecimento, que defende a pesquisa científica como elemento de justiça social, com foco em mudanças e na valorização de vozes historicamente marginalizadas (CRESWELL, 2021).

A Perspectiva Transformativa possui diferentes enquadramentos teóricos para orientar uma pesquisa. Neste estudo, adotei a Teoria Feminista, cuja lente crítica possibilitou a busca sobre a complexidade das vivências femininas e das instituições que as moldam. Estas teorias moldaram o ponto de partida e os rumos da pesquisa, inseridas, também, na formulação das perguntas e análise dos dados (CRESWELL, 2021).

Adoto, ainda, a *escrevivência* como uma orientação para a escrita acadêmica. Essa abordagem teórica permite que o texto científico incorpore as experiências e trajetórias de quem pesquisa, reconhecendo o conhecimento como situado (EVARISTO, 2020). A *escrevivência* valoriza saberes vinculados à memória e à oralidade, historicamente deslegitimados pela ciência tradicional e colonial. Assim, transformando a produção em um gesto político, de insubordinação às hierarquias do saber e de reparação epistemológica (EVARISTO, 2007).

Para explicar melhor, este estudo concentra uma exploração aprofundada de um fenômeno contemporâneo inserido em um contexto real: um mandato legislativo cuja atuação pública se mostra voltada para a agenda de enfrentamento à violência contra as mulheres. Diante destas características, com base em YIN (2015) sobre métodos de pesquisa, o trabalho se enquadra enquanto um estudo de caso.

Optar por essa estratégia metodológica mostrou-se coerente com a essência do trabalho, que explora em sua temática o enfrentamento das estruturas sociais que sustentam a violência de gênero no contexto pernambucano. Essa escolha favoreceu um arranjo potente entre o engajamento político de enfrentamento às injustiças sociais, presentes na *Perspectiva Transformativa*, e a abordagem analítica da *Teoria Feminista*, que orientou e estruturou as questões de pesquisa (CRESWELL, 2021).

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, buscando aprofundar a compreensão sobre a dinâmica das políticas públicas de proteção às mulheres em Pernambuco. O estudo se baseia em uma estratégia de múltiplos métodos, combinando pesquisa bibliográfica, análise documental e entrevistas semiestruturadas.

2.2 Métodos de Coleta de Dados

As fontes utilizadas para os OEs (i), (ii) e (iv) contemplaram a realização de pesquisas bibliográficas e documentais. Foram analisados relatórios oficiais, artigos científicos, notícias e documentos públicos do mandato da deputada (site oficial, redes sociais e banco de dados da Assembleia Legislativa de Pernambuco - ALEPE).

2.2.1 Escopo da RSL

Garantindo a consistência, transparência e profundidade metodológica desta análise, a Revisão adotou critérios rigorosos de mapeamento, conforme diretrizes do guia prático de ALVES *et al.* (2022). Este procedimento viabilizou uma pesquisa comparativa das produções, tratando o material selecionado como um *corpus* científico dinâmico, composto por artigos revisados por pares, que refletem as complexidades do enfrentamento à violência contra mulheres em Pernambuco.

O processo de construção do protocolo de análise iniciou-se com a delimitação do tema e da questão de pesquisa: "qual o quantitativo de estudos empíricos publicados sobre violência contra a mulher em Pernambuco?". A partir deste questionamento central, outras questões norteadoras emergiram para moldar a revisão, abrangendo desde o período e local das publicações até a interseção entre violência, políticas públicas e enfrentamento.

Quadro 14 – Protocolo da Revisão Sistemática

QUESTÕES NORTEADORAS PARA ANÁLISE DOS TRABALHOS	
Qual o período de publicação dessas pesquisas?	
De quais estados essas pesquisas vieram?	
Em quais divisões temáticas esses estudos foram apresentados?	
Quais os autores e obras mais citados nos estudos?	
De que forma houve a interseção entre violência contra a mulher, políticas públicas de gênero e enfrentamento da violência contra mulher em Pernambuco?	

Quais são as contribuições dos estudos com relação às futuras pesquisas sobre a violência contra mulher em Pernambuco?

Fontes: Dados da pesquisa (2024).

Para a delimitação da pesquisa, foram criados critérios de inclusão e exclusão, com o objetivo de mitigar possíveis vieses. Determinei o critério de selecionar publicações do período entre 2014 a 2024, garantindo que fossem incluídas apenas publicações recentes e alinhadas às políticas públicas vigentes e à evolução do debate acadêmico. Além disso, foram considerados apenas artigos científicos, excluindo outros formatos de publicações. Com essa abordagem, busquei consolidar um panorama abrangente da produção científica sobre a violência contra a mulher em Pernambuco. Vide Quadro 15.

Quadro 15 – Critérios de delimitação da pesquisa

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO	CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO
Esta análise foi composta apenas por produções publicadas em formato de artigo	Não integraram esta análise outros formatos de publicações
Pesquisas realizadas entre 2014 e 2024	Artigos anteriores ao ano de 2014

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A seleção das bases de dados e descritores foi guiada pela necessidade de alcançar publicações relevantes em diferentes áreas. As bases utilizadas foram: PUBMED (relevância biomédica e saúde pública), SciELO (foco na América Latina e Brasil), Periódicos CAPES (bibliografia multidisciplinar e Ciências Sociais), Google Scholar (amplitude de formatos) e Search Rabbit (capacidade de refinamento). Os descritores de busca incluíram as expressões “violência contra a mulher” e “violência contra mulher”, considerando as variações linguísticas para maximizar a sensibilidade da busca, conforme ilustrado no Quadro 16.

Quadro 16 – Expressões de busca e palavras-chave do mapeamento

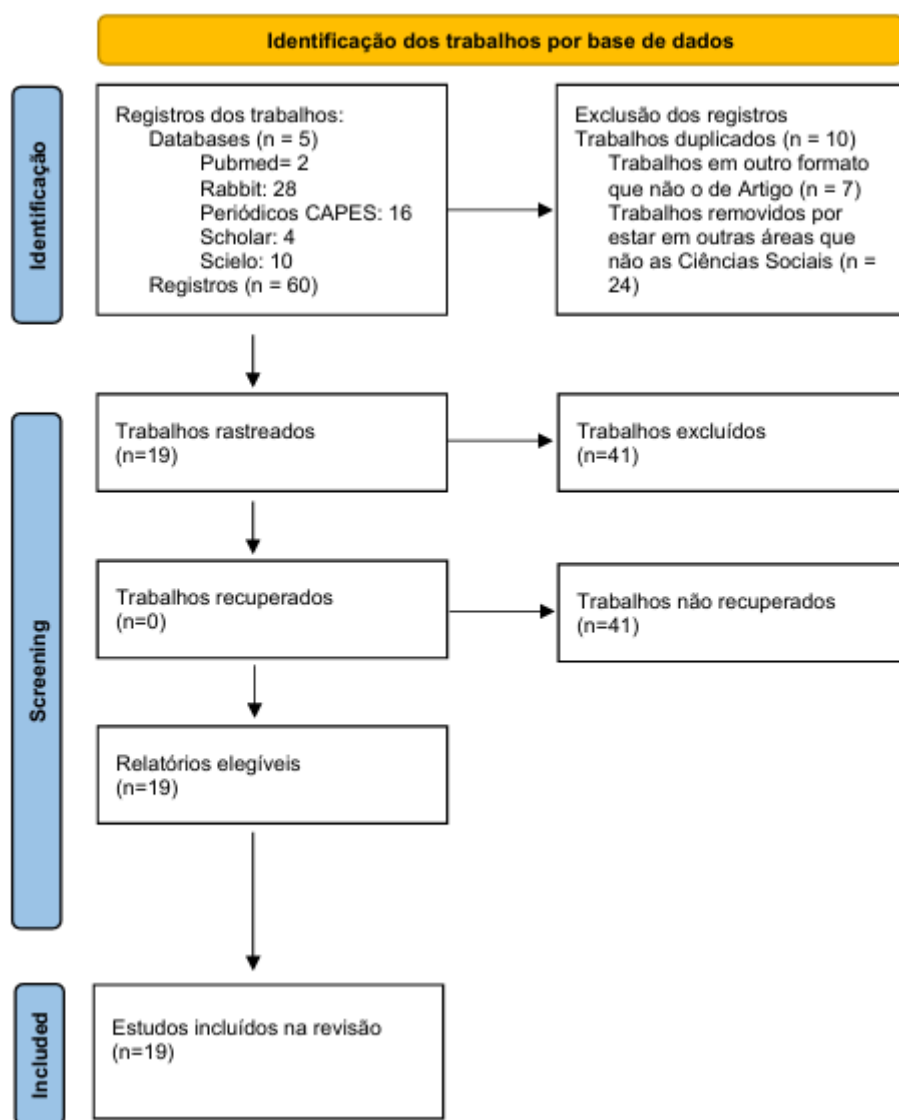
DESCRIPTORES DA PESQUISA
<u>Violência contra a mulher</u>
<u>Violência contra mulher</u>

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

O processo de seleção seguiu as diretrizes do PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses). Inicialmente, foi identificado o total de 60 registros

nas cinco bases de dados: Search Rabbit (n=28), Periódicos CAPES (n=16), Scielo (n=10), Google Scholar (n=4) e Pubmed (n=2). Após a exclusão de trabalhos duplicados (n=10) e registros que não atendiam aos critérios de inclusão (n=31) - por não serem artigos científicos ou estarem fora das áreas temáticas exploradas -, restaram 19 estudos que compuseram a análise final.

Figura 2 – Fluxograma PRISMA da seleção de trabalhos para análise



Fonte: Elaborado pela autora.

2.2.2 Pesquisa Documental

Para o OE *iv*, o universo de análise foi composto pelas leis sancionadas originadas de proposições do mandato da deputada delegada Gleide Ângelo, diretamente relacionadas ao combate à Violência Contra a Mulher. A busca foi realizada no portal da ALEPE, utilizando termos-chave como "violência de gênero", "mulher", "proteção" e "delegada Gleide Ângelo". Vide Quadro 17 abaixo.

Quadro 17 - Detalhes sobre Dados Documentais (Leis Sancionadas e Proposições)

Tipo de Documento	Descrição	Objetivo de Análise
Leis Estaduais Sancionadas	Leis originadas de projetos de lei do mandato (ex: criação de programas, alteração de normas).	Discutir a abordagem (penal/segurança pública <i>versus</i> intersetorial/estrutural) a partir do referencial teórico.
Proposições Legislativas (PLs, Indicações)	Documentos que não se tornaram lei, mas indicam a agenda e o foco estratégico do mandato.	Mapear a coesão temática e o alcance das iniciativas do mandato.
Mídias Sociais e Site Oficial	Publicações que descrevem a atuação e a justificativa das proposições.	Complementar a análise do discurso e da representação política.

Fonte: Elaborado pela autora.

Os objetivos da análise incluíram discutir a abordagem (penal/segurança pública *versus* intersetorial/estrutural), mapear a coesão temática e o alcance das iniciativas, complementando a análise do discurso e da representação política.

2.2.3 Pesquisa de campo: Entrevistas Semi-estruturadas

Para o OE *iii*, a coleta de dados primários foi realizada por meio de entrevistas semi-estruturadas com representantes de nove (9) movimentos sociais e ativistas feministas de Pernambuco.

Os desdobramentos da autora Sandra HARDING (1987) sobre uma *epistemologia feminista* me ajudou a reconhecer a experiência das mulheres como um ponto legítimo e necessário para a produção de conhecimento. Questionar as estruturas de dominação e sublinhar a necessidade de práticas emancipatórias para as mulheres em situação de violência, utilizando o feminismo como perspectiva central, facilitou a observação da interação entre a

representatividade política de uma mulher no espaço legislativo e as barreiras estruturais e culturais da desigualdade de gênero (HARDING, 1987) .

A representação política feminina, conforme amplamente discutida por Anne Phillips em sua obra *The Politics of Presence* (1995), é crucial para assegurar que as experiências das mulheres sejam devidamente incorporadas na formulação de políticas públicas. Existem necessidades, interesses e preocupações particulares que surgem da experiência das mulheres, e estas são inadequadamente abordadas numa política dominada por homens; construir uma política elaborada para um grupo politicamente sub-representado, com pouca ou nenhuma participação dos indivíduos que o compõe, pode ter sérias consequências (Phillips, 1995).

Por isso, o objetivo *iii*) propôs compreender o ponto de vista dos movimentos feministas sobre a maneira como o mandato da deputada delegada Gleide Ângelo atua no enfrentamento à violência contra mulheres no estado de Pernambuco. CRESWELL (2021) descreve a pesquisa qualitativa como capaz de explorar, em profundidade, as perspectivas das participantes, proporcionando uma compreensão rica e detalhada de fenômenos sociais complexos, essencial neste estudo.

Os tópicos das entrevistas foram cuidadosamente elaborados para captar as percepções das participantes relacionadas ao mandato da deputada e suas opiniões acerca das iniciativas políticas por ele promovidas. Como enfatiza Hesse-Biber (2014), entrevistas feministas são uma maneira de dar voz às mulheres, criando espaços seguros para que suas experiências sejam reconhecidas e valorizadas. Rompendo a ideia de perguntas que demandam respostas corretas, busquei construir um espaço de diálogo, em que cada participante pudesse compartilhar seu ponto de vista, valorizando o modo como vivenciam e interpretam o enfrentamento à violência contra as mulheres.

Para que a pesquisa seja, de fato, emancipadora, me propus a construir um texto didático e sensível. Escolhi uma escrita clara e universal, que aproxima a leitora e o leitor do processo da pesquisa e das vozes das participantes. As escolhas narrativas buscaram romper com o formato rígido e impessoal dos textos acadêmicos, propondo uma leitura mais fluida e acessível, sem abrir mão do rigor metodológico. Ao reconhecer que toda escrita científica é situada e carrega marcas de poder, foi construída uma escrita não apenas sobre as mulheres, mas junto a elas, compromissada com valores éticos, anti autoritários e participativos (HARDING, 1987).

A coleta de dados, que foi conduzida por meio de entrevistas semiestruturadas compostas por 15 questões principais, foi desenhada para investigar (1) relação e receptividade do mandato: como os movimentos se relacionam com o mandato, explorando a existência e frequência de interações entre ambos, bem como a percepção sobre a receptividade do mandato às ideias e necessidades dos movimentos; (2) influência e ações práticas: identificação das contribuições mais significativas do mandato na agenda de combate à Violência Contra a Mulher (VCM), segundo percepções dos movimentos; (3) alinhamento com as pautas feministas: classificação da principal agenda do mandato entre as de Segurança Pública, agenda Feminista ou de outra natureza.

Nesse contexto, a combinação entre as estratégias de conveniência e intencionalidade para construção da amostra, permitiu a seleção de participantes acessíveis e propensas a fornecer informações pertinentes à pesquisa (CRESWELL, 2021). Foram entrevistadas nove mulheres, oito destas nove entrevistas aconteceram por videoconferência, e uma delas foi realizada presencialmente. Os critérios de seleção das participantes foram: ser mulher pernambucana e integrante de movimento social feminista. As nove entrevistadas representaram nove movimentos sociais distintos de Pernambuco; assim, cada participante expressou a percepção de um movimento social.

Todas as mulheres que contribuíram com esta pesquisa foram convidadas a participar de modo consciente e voluntário, mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O documento assegura o direito à confidencialidade e o uso responsável das informações compartilhadas. Quanto a isso, há a exceção da participante Karinny Oliveira, que solicitou sua identificação no trabalho e autorizou o compartilhamento de seu relato pessoal, o considerando importante para as discussões aqui propostas. Sua escolha foi respeitada enquanto expressão de sua autonomia e de sua contribuição ao trabalho. Assim, foram aplicados dois modelos de Termos de Consentimento Livre distintos, que estão no Apêndice A.

Os nove movimentos sociais representados na amostra atuam em diferentes regiões geográficas, majoritariamente em Pernambuco, embora um deles possua alcance nacional. Também contam com um tempo de existência que varia entre 3 e 44 anos de atuação. Com relação à atuação dos movimentos, foram identificadas agendas comuns entre eles. Estão entre essas agendas o foco na pauta feminista e de gênero, no combate à violência contra

mulheres, no empoderamento e conscientização crítica. Além da atuação na luta por políticas públicas, a articulação e trabalho em rede e a interseccionalidade.

A seguir, o Quadro 18 apresenta aspectos dos movimentos sociais cujas representantes foram entrevistadas, por tipo de movimento, a região de atuação e o tempo de existência.

Quadro 18 - Caracterização dos Movimentos Sociais Participantes

Cod. MS	tipo de MS	região (MS)	anos de atuação (MS)
MS1	Movimentos Feministas e de Incidência Política	Nordeste	39 anos
MS2	Movimentos de Empoderamento e Educação em Direitos	Brasil	44 anos
MS3	Movimentos Feministas e de Incidência Política	Pernambuco	37 anos
MS4	Movimentos de Assistência e Apoio a Mulheres em Vulnerabilidade	Cabo de Santo Agostinho; Região Metropolitana do Recife	41 anos
MS5	Movimentos de Empoderamento e Educação em Direitos	Caruaru; Brasil	5 anos
MS6	Movimentos de Assistência e Apoio a Mulheres em Vulnerabilidade	São Lourenço da Mata; Região Metropolitana do Recife	7 anos
MS7	Movimentos Feministas e de Incidência Política	Pernambuco; Nacional	37 anos

MS8	Movimentos de Assistência e Apoio a Mulheres em Vulnerabilidade	Camaragibe	3 anos
MS9	Movimentos Feministas e de Incidência Política	Pernambuco; Nacional	17 anos

Fonte: Elaborado pela autora.

Em sequência, o Quadro 19 detalha a relação entre os tópicos utilizados na entrevista e o referencial teórico do trabalho.

Quadro 19 - Relação entre Questões da Entrevista e Referenciais Teóricos

Eixo Temático da Questão	Questões-Chave (Exemplos)	Referencial Teórico Mobilizado
Percepção da Atuação	"Como o movimento avalia a atuação do mandato da deputada no combate à violência de gênero?"	Representação Política (Pitkin), Feminismo Crítico.
Agenda e Prioridades	"A agenda do mandato reflete as demandas prioritárias do seu movimento?"	Politicismo <i>versus</i> Societalismo.
Segurança Pública vs. Integralidade	"Qual o risco de um foco excessivo na segurança pública para a política de proteção integral?"	Crítica Feminista da Segurança Pública, Políticas Públicas Intersetoriais.
Diálogo e Representação	"Existe um canal de diálogo efetivo entre o mandato e os movimentos sociais?"	Teoria dos Movimentos Sociais, Atores Institucionais.

Fonte: Elaborado pela autora.

Este último quadro apresenta detalhes da relação entre os eixos temáticos abordados nas questões e os referenciais teóricos mobilizados no estudo. Essa articulação metodológica é fundamental para assegurar que a coleta de dados não seja aleatória, e sim orientada metodologicamente. Tais enquadramentos colaboram para que a análise dos dados seja feita à luz de conceitos como da Representação Política (PITKIN, 1967), do Politicismo versus Societalismo (LEITE, 2010) e Crítica Feminista da Segurança Pública (HARDING, 1987).

2.3 Abordagens de Análise dos Dados

A análise de dados da Revisão Sistemática da Literatura (RSL) fundamentou-se nas diretrizes metodológicas de ALVES *et al.* (2022), organizando o *corpus* científico selecionado em duas dimensões principais: bibliométrica e substantiva. O processo de tratamento das informações iniciou com a extração manual dos dados por meio da leitura integral dos artigos selecionados, visando garantir a consistência e o rigor analítico.

A Dimensão Bibliométrica: esta fase focou no mapeamento da performance e do panorama da produção acadêmica. Foram analisados indicadores como o período de publicação (identificando tendências temporais e "booms" de pesquisa), a origem institucional e geográfica dos autores (hotspots), as fontes de financiamento e a proporcionalidade de gênero na autoria. Adicionalmente, foi utilizada a análise de frequência de palavras-chave e redes de citação para identificar os termos centrais e os autores mais influentes na área (ALVES *et al.*, 2022).

Dimensão Metodológica: os estudos foram categorizados quanto ao seu desenho de pesquisa e rigor técnico. Avaliadas as estratégias de comparação (predominância de estudos de caso versus estudos de grande amostra), a ênfase das técnicas de pesquisa entre qualitativa, quantitativa ou métodos mistos.

A abordagem utilizada para trabalhar os dados foi a Análise Reflexiva Temática (ATR) por Virginia Braun e Victoria Clarke (2021). Este método foi selecionado pela sua flexibilidade e robustez, alinhando-se à natureza exploratória e interpretativa da presente investigação. A ATR transcende a mera aplicação de técnicas, sendo guiada por um conjunto de valores e pressupostos que situam a subjetividade e a reflexividade em que a autora se insere no processo de produção de conhecimento. Mantendo seu princípio central de reflexividade, valorizando a pesquisadora como agente ativa e situada, não como uma observadora neutra. A possibilidade de inserir a figura da pesquisadora, desde que acompanhada de uma prática disciplinada de análise crítica do próprio papel, escolhas e pressuposições, por meio de um diário reflexivo, está, também, resguardada pela ATR (Braun; Clarke, 2021).

A ATR é um modelo que combina o Realismo Crítico e o Contextualismo, se adequando a esta pesquisa pelo reconhecimento de uma realidade social além das percepções, que pode ser acessada através de mecanismos sociais, culturais e linguísticos. Ou seja, mesmo que as experiências e narrativas sejam subjetivas, elas são legítimas. Também

reforça a construção do conhecimento científico baseado no contexto de sua produção e interpretação (Braun; Clarke, 2021).

De forma indutiva, ou *bottom-up*, conduzi esta fase a partir dos dados obtidos, portanto a análise destacou as suposições e os conceitos implicados nas narrativas e documentos, a fim de ir além da descrição e alcançar uma reflexão aprofundada (Braun; Clarke, 2021). Para garantir o rigor metodológico, foram seguidas e adaptadas ao estudo as seis fases recursivas da ATR: familiarização com os dados; geração dos códigos iniciais; definição dos temas; revisão e desenvolvimento; nomeação dos temas; e redação da análise (Braun; Clarke, 2021). A primeira fase, de familiarização com os dados, foi um mergulho que envolveu a transcrição de todas as entrevistas realizadas e gravadas em áudio (as videoconferências via Google Meet e a entrevista presencial, transcritas com o auxílio da ferramenta online TacTiq), seguida da leitura e releitura do conjunto de dados.

Consequentemente, foram registrados insights e padrões, para dar início ao processo de codificação, o que fez das transcrições uma parte fundamental desta familiarização. Em seguida, selecionei trechos e dados relevantes para as questões de pesquisa. Os temas, gerados a partir dos códigos, formaram os tópicos da discussão, capturando ideias específicas, num processo orgânico. Com isso, determinei os temas que seriam abordados na análise, uma apuração geral das percepções dos movimentos sociais em relação ao mandato analisado.

A fase de revisão e desenvolvimento dos temas envolveu um movimento de integração entre os dados e as interpretações, à luz do referencial teórico da teoria feminista, dos estudos de gênero e do contexto de violência contra a mulher em Pernambuco. Finalmente, o produto dessas reflexões, longe de ser configurado como um mero relato, originou um debate crítico do contexto trazido pelos dados, desenvolvendo a narrativa analítica para além da descrição, com argumentos e interpretações que conectaram os achados aos objetivos da pesquisa. Este exercício gradual de interação com as informações resultou na compreensão abrangente e multifacetada do objeto de estudo.

A pesquisa seguiu as diretrizes éticas estabelecidas pela Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Todos os participantes do OE *iii)* assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo o sigilo de suas identidades e a liberdade de participação.

A metodologia de análise utilizada combina a Análise de Conteúdo Qualitativa com a Análise Reflexiva Temática (ATR). O processo se deu da seguinte forma: a Análise de Conteúdo Qualitativa foi aplicada especificamente ao exame das 16 Leis Ordinárias

sancionadas e demais proposições legislativas. O objetivo foi identificar a coerência temática, o foco estratégico e a consistência das iniciativas com a pauta feminista de enfrentamento à violência de gênero.

A Análise Reflexiva Temática (ATR), proposta por Braun e Clarke (2021), foi utilizada de forma transversal para trabalhar os dados obtidos, incluindo o *corpus* documental. A ATR permitiu que a análise fosse além da mera descrição, alcançando uma reflexão aprofundada sobre as suposições e conceitos implícitos nos documentos.

Foi realizada a categorização por eixos. Os documentos foram organizados em três eixos estratégicos principais: 1) Fortalecimento dos Canais de Denúncia e Atendimento Humanizado; 2) Proteção e Acolhimento a Grupos Vulneráveis; e 3) Aperfeiçoamento Contínuo dos Marcos Legais.

O debate dos dados documentais foi mediado pelo contínuo analítico entre politicismo e societalismo, buscando compreender como a atuação institucional se articula com as demandas dos movimentos sociais. Além disso, utilizou-se a lente feminista para avaliar se as leis permanecem restritas à lógica do "Estado Penal" ou se avançam para uma proteção integral e intersetorial.

Essa estrutura metodológica visou transformar o material legislativo bruto em um sistema de informação capaz de revelar o impacto qualitativo da representação política substantiva no combate à violência contra a mulher

3. Capítulo III - O CORAÇÃO DA PESQUISA: AS VOZES DOS MOVIMENTOS E A ATUAÇÃO LEGISLATIVA EM ANÁLISE

3.1 Análise da Percepção dos Movimentos Sociais

3.1.1 O mandato parlamentar e o descompasso da agenda: do combate à violência ao feminismo explícito

O mandato da deputada delegada Gleide Ângelo é notavelmente reconhecido por sua contribuição em alavancar a temática da violência contra a mulher (VCM) no debate público. A origem de sua atuação, "construído com base na ideia da enfrentamento da violência contra as mulheres" (MS2, 2025), e sua experiência prévia como delegada, conferem-lhe autoridade e conhecimento específico sobre o tema.

No entanto, a atuação do mandato é criticada por ter uma inclinação para a segurança pública tradicional e a repressão, em detrimento de abordagens que priorizem a prevenção, a educação e a autonomia das mulheres. Essa crítica reflete a ausência de uma agenda feminista explícita. Os dados revelaram que movimentos percebem que o mandato "toma uma das pautas do feminismo, que é o enfrentamento da violência, mas ele não dialoga com o movimento feminista para construir essa pauta. Ele faz a pauta dele" (MS3, 2025). Essa atuação é vista como pontual e reativa, não inserida em um projeto político mais abrangente para a emancipação das mulheres.

A crítica à dualidade vítima/agressor e o discurso da queixa: o foco na VCM pelo viés da segurança e do crime, embora necessário, corre o risco de reforçar a dualidade simplista entre agressor e vítima, uma leitura que o feminismo crítico questiona. Teóricas criticam a ênfase no vitimismo na abordagem do fenômeno da violência, pois isso implica em não considerar a agência da mulher. A violência conjugal é vista como uma expressão de uma relação hierárquica desigual, onde a mulher é muitas vezes percebida como passiva ou vitimada. A narrativa da mulher que busca ajuda, chamada de queixa, é peculiar: ela expõe seu sofrimento, mas inverte a culpa, exteriorizando-a e culpabilizando o outro para se isentar. Essa narração, que busca reordenar um código moral em desarranjo, torna-se o suporte para a demanda por auxílio externo. Contudo, focar unicamente na punição do algoz, sem abordar a agência e a estrutura de dominação, impede a política de ir além da queixa para a emancipação (GREGORI, 1993).

O estudo da atuação do mandato da deputada delegada Gleide Ângelo revelou a complexa tensão entre o politicismo - a ação institucional formalizada através da proposição

de leis e da ocupação do espaço legislativo - e o societalismo - as demandas emancipatórias e a avaliação crítica dos movimentos sociais. Foi observado que, enquanto o mandato cumpre um papel fundamental de resistência institucional e de visibilidade da pauta, a percepção dos movimentos sociais aponta para a necessidade de políticas que transcendam a lógica reativa e pontual. A lacuna reside na dificuldade de traduzir a representação política em políticas públicas verdadeiramente intersetoriais e com foco na transformação das raízes estruturais da violência, conforme exigido pelo polo societal da análise.

Essa discrepância reflete o receio das ativistas de que a política feminista seja enfraquecida quando despolitizada. O feminismo é um movimento para acabar com o sexismo, exploração sexista e opressão, e a visão revolucionária busca transformar o sistema para acabar com o patriarcado, e não apenas obter igualdade dentro da estrutura existente (hooks, 2018).

3.1.2 A Crítica Feminista da Segurança Pública e a Traição da Integralidade

A abordagem do mandato, percebida como criminalista, entra em atrito direto com a crítica feminista da segurança pública. Historicamente, o Estado absorveu parcialmente as propostas feministas, mas as traduziu em políticas de justiça criminal, resultando em uma "traição" ao restringir a abordagem à criminalização (SALES; AZEVEDO, 2020).

A Criminologia Crítica Feminista questiona o Estado Penal como meio ineficaz (GREGORI, 1993) para a proteção integral das mulheres, argumentando que ele pode, na verdade, duplicar a violência exercida contra elas. O desejo de punição, embora legítimo, não pode ser o único foco da política pública, sob o risco de negligenciar as condições estruturais que perpetuam o ciclo da violência (BARROSO; LIMA, 2020).

A Desistência da Queixa e a Falha da Rede Essa falha estrutural do sistema punitivista manifesta-se no fato de que muitas mulheres, mesmo após denunciarem e registrarem os boletins de ocorrência, optam pela omissão (BARROSO; LIMA, 2020). Essa retirada atesta a insuficiência da resposta penal isolada e aponta para a ausência de condições materiais e emocionais que permitam à mulher romper de fato o ciclo de violência.

O principal descompasso está na demanda por intersetorialidade e concretude. Assim, mostrando a relação entre fragmentação vs. integralidade. A crítica dos movimentos é clara: "A gente não tem políticas integradas que associem tirar a mulher da situação de violência, a conseguir escolas para os filhos e ao mesmo tempo conseguir trabalho, geração de renda para mulher" (MS2, 2025). O referencial teórico confirma que o enfrentamento à VCM deve ser feito de forma integral, transversal e intersetorial (SALES; AZEVEDO, 2020; OLIVEIRA *et*

al., 2019), buscando dar conta da complexidade do fenômeno (SALES; AZEVEDO, 2020). A política deve ser vista como corresponsabilidade, não concebida em partes estanques e não dialogadas (OLIVEIRA *et al.*, 2019).

Outro ponto evidenciado foi a insuficiência de recursos: a fragmentação dificulta a saída do ciclo de violência e perpetua a dependência econômica. A área de proteção, defesa e assistência exige investimento substancial, com orçamento próprio e formação contínua para a atenção integral. A ausência de financiamento próprio ou orçamento específico para políticas de gênero é um desafio para a efetivação das ações (PRUDÊNCIO; MARIANO; BARROSO, 2022).

3.1.3. Representação, Diálogo e a Tensão entre Símbolo e Transformação

O mandato da deputada é eficaz em promover o debate e a visibilidade da pauta, utilizando a mídia "muito forte" que a torna "muito famosa" (MS3, 2025). Contudo, as resoluções, em termos de políticas públicas, são consideradas "muito pequenas" (MS2, 2025), e a atuação é percebida como mais simbólica do que transformadora.

A visibilidade, por si só, não é suficiente para gerar confiança e legitimidade. O movimento exige que a visibilidade se traduza na implementação de políticas públicas robustas e monitoramento baseado em indicadores. Políticas de enfrentamento são eficazes quando o alcance é qualitativo, promovendo o protagonismo da mulher e a autoria de si, o que é denominado "política pública poética" (OLIVEIRA *et al.*, 2019).

A crítica mais acentuada refere-se à representação e ao diálogo. O mandato é percebido como "bem blindado, de difícil acesso" (MS3, 2025), e as entrevistadas relatam que este "não tem diálogo com os movimentos feministas" (MS3; MS6, 2025). Há a demanda por institucionalização de canais permanentes de articulação com os movimentos sociais.

Junto a isso, a ideia de traição da causa foi comentada pelas entrevistadas. Percebi uma grande frustração, “uma grande questão que a gente tem uma deputada Gleide é porque [ela] é uma deputada que se diz feminista e que diz que defende a pauta das mulheres, mas, na hora de votar projetos de lei que venham a retroceder os direitos das mulheres, ela não se coloca” (MS3, 2025). As ativistas esperam que a representante política seja uma "mulher aliada das mulheres do movimento" (MS3, 2025), o que sugere um descumprimento do

requisito de "responsiveness" (sensibilidade/prontidão em responder) esperado dos representantes (PHILLIPS, 1998).

A representação dos grupos subalternizados é fundamental para desafiar as hierarquias de poder e alterar a agenda política (PHILLIPS, 1998). No entanto, a falta de engajamento com as bases implica um distanciamento entre a representante e as preocupações emergentes do grupo.

Nestas circunstâncias, o principal ponto de conflito identificado foi a falta de diálogo e acesso ao mandato, descrito como inacessível. A institucionalização de canais de articulação é uma demanda expressa. No entanto, uma discussão completa deve considerar a complexidade do engajamento mútuo. A literatura revela que o afastamento entre o executivo/legislativo e a sociedade civil organizada é um problema sistêmico na construção dessas políticas (SALES; AZEVEDO, 2020).

Portanto, a capacidade dos movimentos sociais de oferecer uma interlocução efetiva pode ser prejudicada por fatores internos. Há casos em que pequenos grupos feministas, apesar de assumirem responsabilidade pública, se mostraram incapazes de responder às expectativas das mulheres, devido à excessiva *sobrevalorização da subjetividade*⁴. Sobre esse contraste entre o ideal e o real do feminismo, Gregori (1993) fala que o desafio do diálogo pode residir não apenas na "blindagem" do mandato, como também na ausência da ação em converter a crítica em propostas políticas concretas. Além do movimento e do interesse de alguns (SALES; AZEVEDO, 2020).

3.1.4 O Patriarcado como Questão Estrutural e o Cenário Político Adverso

A violência contra a mulher é uma expressão da questão social, expressa em uma configuração em que as mulheres não brancas e de classes subalternas são as que mais sofrem. O feminismo busca o fim da opressão sexista e exige uma posição ativa e radical contra o sexismo (PRUDÊNCIO; MARIANO; BARROSO, 2022).

Para os movimentos, "a violência de gênero só pode ser vencida quando a gente começa a tomar consciência" (MS1, 2025), pois o patriarcado é uma questão cultural. A

⁴ O termo "sobrevalorização da subjetividade" é um conceito crítico dentro da teoria feminista, fundamental na compreensão desta falha de diálogo entre os atores institucionais e a sociedade civil. Ao utilizar este conceito como lente, trago para a discussão o potencial danoso deste desacerto, que pode levar à paralisia política ou à exclusão de pautas prioritárias à sociedade civil.

formação política e a conscientização são vistas como pilares fundamentais para o empoderamento feminino e a superação do ciclo de violência. A ação pedagógica busca desconstruir discursos que legitimam a violência de gênero (OLIVEIRA *et al.*, 2019).

A atuação do mandato ocorre em uma conjuntura "muito difícil para as mulheres, uma conjuntura em que a extrema-direita cresceu" (MS2, 2025), aponta uma das participantes. Levantado o debate da importância do contexto político, tanto nacional como regional, a consulta da literatura sobre essa discussão é indispensável.

O crescimento da extrema direita revela a intensificação e o fortalecimento de grupos de extrema direita, um fenômeno conhecido como *backlash*, articulado em torno da agenda anti-ideologia de gênero, que está desestruturando políticas e instituições de defesa de direitos (IPEA; FBSP, 2025).

A extrema-direita baseia-se no "discurso anti-feminista, no fundamentalismo religioso e, ao mesmo tempo, numa perspectiva neoliberal" (MS2, 2025), que atacam os direitos das mulheres e reforçam noções de superioridade masculina. A ascensão desses grupos tem levado à desestruturação de políticas e instituições de defesa de direitos LGBTQIAPN+ (IPEA; FBSP, 2025).

Há a necessidade de coletividade com relação ao caráter estrutural da violência (PRUDÊNCIO; MARIANO; BARROSO, 2022). A perspectiva encontrada sobre a atuação do mandato é de insuficiência, resumida na fala de uma entrevistada: "uma andorinha só não faz verão" (MS1, 2025). Os movimentos relatam que a luta exige uma frente ampla e unificada.

As entrevistas apontaram que o mandato, apesar de ser reconhecido por sua visibilidade na pauta da VCM, falha em engajar-se de forma explícita e profunda com as bases e os princípios do feminismo. Mantendo-se em uma postura mais restrita e criminalista. Essa limitação compromete a capacidade de promover, politicamente, as mudanças intersetoriais e estruturais que os movimentos sociais consideram essenciais para o verdadeiro empoderamento e salvaguarda das mulheres.

Sendo assim, há a percepção crítica quanto à sua interação com os movimentos sociais, à efetividade de suas ações para além do simbólico, e ao seu alinhamento com uma agenda feminista explícita. Os movimentos revelaram seus anseios por diálogos mais abertos, ações mais inovadoras e abrangentes, e por uma representação política que não apenas

combata a violência, mas que o faça a partir de uma perspectiva feminista sólida, em colaboração estreita com as bases.

A formação política, a conscientização, a produção de pesquisas e dados, e o monitoramento das políticas públicas são pilares que os movimentos sociais consideram essenciais para o empoderamento feminino e a superação do ciclo de violência. Estes elementos poderiam ser mais integrados à atuação legislativa, no intuito de uma transformação social mais profunda.

A atuação legislativa da deputada delegada Gleide Ângelo se mostra mais voltada à agenda de segurança pública e à repressão, negligenciando abordagens que priorizem a prevenção, a educação e a autonomia das mulheres. Insistir em um modelo de segurança pública tradicional pode gerar um descompasso com as estratégias dos movimentos sociais, que frequentemente defendem uma visão mais holística e preventiva da violência de gênero, buscando suas raízes estruturais e promovendo a transformação social.

As entrevistadas enfatizaram sua frustração com a falta de uma representação política efetiva, que defenda as pautas feministas de forma consistente. “Parece que estamos impotentes, apesar de alguns avanços” (MS1, 2025). A sensação de impotência diante da perda de direitos é um sentimento recorrente das ativistas, que esperam de seus representantes políticos uma postura mais firme e abrangente junto às causas feministas, para além do combate restrito à violência. Essa expectativa, ainda não atendida, traz a necessidade de mandatos que não apenas abordem a VCM, mas que o façam a partir de uma abordagem feminista e em diálogo constante com os movimentos sociais.

3.2 Atuação Legislativa do Mandato

Parte dos resultados que aqui serão apresentados foram publicados anteriormente no artigo *A Representatividade Política e a Inovação nos Canais de Denúncia: um estudo do mandato legislativo de enfrentamento à violência contra a mulher em Pernambuco* (NEGROMONTE, 2025), referente à análise das leis propostas pelo mandato da deputada delegada Gleide Ângelo. Para esta dissertação, foi realizado o aprofundamento da análise, incluindo um referencial teórico ainda mais harmônico ao debate.

O foco será a análise das proposições legislativas do mandato da deputada estadual Gleide Ângelo (PSB-PE), sancionadas entre 2019 e 2024. Conforme estabelecido na metodologia, esta análise de conteúdo buscou identificar a coerência temática, o foco

estratégico e a consistência dessas iniciativas com a pauta feminista de enfrentamento à violência de gênero e de ampliação da proteção estatal às mulheres em diferentes contextos de vulnerabilidade.

O estudo do mandato parlamentar, um caso emblemático de atuação voltada ao enfrentamento da violência de gênero, assume uma relevância ímpar no contexto das políticas públicas em Pernambuco. A atuação legislativa de uma mulher com experiência prévia na segurança pública e eleita com expressiva votação, representa uma arena crucial para a defesa dos direitos das mulheres. As proposições legislativas não apenas materializam o compromisso do mandato com uma atuação substantiva (Pitkin, 1967), mas também revelam uma presença que busca, de fato, representar os interesses e as urgências de uma parcela historicamente marginalizada da população pernambucana.

A discussão a seguir está estruturada em três eixos principais: a coerência temática das leis sancionadas, a inovação e o aperfeiçoamento normativo que essas propostas introduzem nos canais de denúncia e proteção, e a integração dessas iniciativas com as demandas dos movimentos sociais e o referencial teórico feminista. A análise visa, portanto, ir além da mera descrição das leis, buscando compreender o impacto qualitativo da representação política de mulheres na produção legislativa e na transformação social.

3.2.1 Coesão Temática e Foco Estratégico das Proposições

A análise das 16 Leis Ordinárias sancionadas, de autoria ou coautoria da deputada delegada Gleide Ângelo, revela uma notável coesão temática e um foco estratégico na agenda de enfrentamento à violência de gênero. A maioria das iniciativas legislativas se concentra em três eixos principais, que se complementam na busca por uma proteção mais efetiva e humanizada, vide Quadro 20 a seguir:

Quadro 20 - Principais Eixos das Iniciativas do Mandato

Fortalecimento dos Canais de Denúncia e Atendimento Humanizado	Proteção e Acolhimento a Grupos Vulneráveis	Aperfeiçoamento Contínuo dos Marcos Legais
Proposições como a que dispõe sobre a comunicação pelos condomínios residenciais de ocorrências de violência doméstica e familiar, ou as que visam o atendimento especializado e humanizado nos serviços públicos, demonstram uma preocupação em romper o ciclo de silêncio e garantir que o primeiro contato da	Destacam-se as leis que tratam da reserva de unidades habitacionais para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, e a que estende a proteção contra a violência política, assédio institucional e racismo à população LGBTQIA+ (Lei nº 17.377/2021). Essas iniciativas demonstram uma compreensão da	O padrão normativo do mandato evidencia uma estratégia de perfeccionismo legislativo, buscando a atualização e a ampliação de leis existentes para responder a novas formas de violência ou ampliar os sujeitos de direito contemplados. Isso inclui a criação de mecanismos para o combate ao assédio e à violência

vítima com a rede de proteção seja acolhedor e eficaz (Leis nº 16.587/2019 e nº 17.521/2021).	vulnerabilidade interseccional, reconhecendo que a violência atinge as mulheres de formas distintas a depender de sua raça, classe e orientação sexual.	política contra mulheres (Lei nº 17.377/2021) e a inclusão de crimes cibernéticos de pedofilia (Lei nº 18.084/2022).
---	---	--

Fonte: Elaborado pela autora.

Essa concentração em temas de proteção e inovação nos canais de denúncia reflete a trajetória da deputada, mas também uma leitura atenta da realidade social e das fragilidades da rede pública de apoio às vítimas, conforme sugerido pela análise adotada.

3.2.2 Inovação e Alcance para Além da Criminalização

Embora a origem do mandato tenha sua representação ligada à segurança pública, a análise das leis sancionadas revela que a atuação legislativa transcende a mera criminalização. As propostas demonstram um esforço em promover a inovação institucional e a articulação intersetorial de forma concreta.

Identifiquei, neste contexto, três principais ações. A primeira delas determina sobre a inovação nos canais de denúncia. A lei que dispõe sobre o compartilhamento dos canais oficiais para denúncias por órgãos móveis do Poder Público Estadual (Lei nº 17.921/2022) é um exemplo de inovação que visa facilitar o acesso à justiça e à rede de proteção, reconhecendo a necessidade de que a denúncia não se restrinja aos espaços tradicionais.

A proteção social e econômica também está presente dentre elas, como a inclusão de temas como habitação e a proteção de trabalhadoras rurais (Lei nº 17.658/2022), que indica uma compreensão de que o enfrentamento à VCM exige a superação da dependência econômica e a garantia de condições materiais para que a mulher rompa o ciclo de violência. Isso se alinha com a crítica feminista que aponta a insuficiência da resposta penal isolada e a necessidade de intersetorialidade.

Além disso, o terceiro item destaca a ampliação dos sujeitos de direito. O Estatuto da Mulher Parlamentar e Ocupante de Cargo ou Emprego Público, que incorpora a população LGBTQIA+ à legislação de proteção (Lei nº 17.377/2021), é um marco que demonstra um compromisso com a diversidade e com a ampliação dos sujeitos de direito, indo ao encontro da epistemologia feminista crítica que valoriza a experiência situada das mulheres na produção de políticas públicas inclusivas (HARDING, 1987; COLLINS, 2019).

3.2.3 A Representação Substantiva e a Tensão com a Crítica Feminista

A produção legislativa analisada, embora numericamente menor do que o amplamente divulgado nos canais de comunicação oficiais⁵, demonstra uma representação substantiva (Pitkin, 1967), ou seja, uma atuação que representa os interesses e as necessidades das mulheres, mesmo que de forma limitada. A coesão temática e o foco na proteção e no aperfeiçoamento dos canais de denúncia sugerem um mandato que se articula de forma constante com a realidade, seja das demandas da rede de proteção ou de sua trajetória como delegada.

Contudo, a análise da produção legislativa deve ser confrontada com a crítica dos movimentos sociais (conforme discutido na seção anterior). A concentração em leis que aprimoram a rede de denúncia e o atendimento (e, portanto, o sistema de segurança e justiça) pode ser interpretada, sob a ótica da Criminologia Crítica Feminista, como uma "traição" ao restringir a abordagem à criminalização e ao aperfeiçoamento do Estado Penal (SALES; AZEVEDO, 2020).

A tensão reside no fato de que, embora as leis busquem a proteção e o acolhimento, elas operam dentro da estrutura já existente. A crítica dos movimentos, que exige uma política feminista radical e transformadora (hooks, 2018), aponta para a necessidade de ir além do aprimoramento do sistema punitivo, focando na prevenção, na educação e na autonomia integral das mulheres.

Em suma, a atuação legislativa da deputada delegada Gleide Ângelo mostra um potencial elo de ponte entre a escuta das urgências (o polo do societalismo) e a proposição de soluções institucionais (o polo do politicismo). Todavia, essa ponte ainda opera, predominantemente, dentro dos limites do Estado Penal, o que gera o descompasso com a agenda feminista radical que exige uma transformação sistêmica. A inovação está na forma como o mandato utiliza o espaço político para promover uma paridade mais efetiva de participação para mulheres historicamente marginalizadas, mas o desafio persiste em traduzir essa presença em uma transformação social que não apenas proteja, mas fundamentalmente emancipe as mulheres.

⁵ A busca realizada no trabalho também incluiu algumas páginas das Redes Sociais da deputada delegada Gleide. Um achado interessante foi uma publicação feita pelo perfil da deputada, na plataforma *Facebook*. A publicação em questão fazia divulgação do número de proposições legislativas, voltadas às mulheres, do mandato, apontando um total de 82 proposições. Entretanto, dentre elas, o número de Leis Ordinárias sancionadas foi de apenas 16.

3.2.4 A Tensão entre o Politicismo e o Societalismo na Produção Legislativa

Aprofundando a análise da atuação legislativa do mandato, que ser compreendida através do contínuo analítico entre politicismo (o foco no ator institucional) e societalismo (a escuta atenta às demandas dos movimentos sociais), conforme proposto por Leite (2010). A análise das leis sancionadas demonstra que o mandato se posiciona como um ator estratégico, que traduz as urgências sociais em linguagem institucional.

Por um lado, o politicismo se manifesta na capacidade de transformar demandas em normas legais, utilizando a expertise da deputada para aprimorar o arcabouço jurídico de proteção. A ênfase no aperfeiçoamento contínuo dos marcos legais existentes (Seção 3.2.1) e a busca por soluções que se encaixam na lógica do Estado Penal (Seção 3.2.2) são expressões dessa dimensão. O mandato cumpre a função de "política da presença" (Phillips, 1995), ocupando um espaço político e utilizando-o para a defesa dos direitos das mulheres.

Por outro lado, o societalismo se revela na coesão temática das leis, que espelham as preocupações centrais dos movimentos sociais: a vulnerabilidade interseccional (proteção LGBTQIA+, trabalhadoras rurais) e a necessidade de canais de denúncia mais acessíveis e humanizados. A própria forma como o mandato se organiza, com o gabinete atuando como espaço informal de escuta, orientação e mediação, demonstra um esforço para manter a conexão com a base e as redes de apoio.

No entanto, a tensão surge quando essa tradução institucional se choca com a crítica feminista radical (hooks, 2018). O foco em soluções que aprimoram o sistema de justiça e segurança, embora necessário, é percebido pelos movimentos como insuficiente para promover a transformação social e estrutural que o feminismo exige. A produção legislativa, ao se concentrar majoritariamente no aprimoramento da reação à violência, pode inadvertidamente negligenciar a dimensão da prevenção e da autonomia integral das mulheres, perpetuando a dependência da resposta estatal.

Em última análise, as proposições legislativas do mandato de Gleide Ângelo revelam um esforço legislativo coeso e estratégico no enfrentamento à VCM em Pernambuco. O mandato demonstra uma capacidade de inovação normativa e um compromisso com a representação substantiva de mulheres em situação de vulnerabilidade. Porém, o desafio para o mandato, e para a política feminista institucional, de modo geral, reside em superar os limites do Estado Penal e traduzir a "política da presença" em uma política de emancipação que dialogue de forma mais profunda com a agenda radical de transformação do sistema patriarcal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente seção consolida os principais achados desta Dissertação de Mestrado, retomando o tema central, o problema de pesquisa e os objetivos propostos, para então apresentar as conclusões, as contribuições e limitações do estudo, e as sugestões para futuras investigações.

A análise dos achados, à luz do Feminismo Crítico, permitiu confirmar que a violência de gênero em Pernambuco não se restringe a atos isolados, mas se manifesta como um fenômeno estrutural, intrinsecamente ligado às desigualdades materiais e simbólicas. A atuação do mandato, embora represente um avanço na ocupação de espaços de poder, precisa ser avaliada criticamente no que tange ao risco de a política pública se concentrar excessivamente na lógica penal ou na criminalização. Conforme apontado pelo referencial teórico, essa concentração pode, paradoxalmente, reforçar a dualidade vítima-agressor e negligenciar as condições estruturais que perpetuam o ciclo da violência, uma crítica central levantada pelos movimentos sociais.

O trabalho se propôs: (i) Traçar um retrato da Violência Contra a Mulher em Pernambuco; (ii) Entender como os movimentos sociais de mulheres em Pernambuco veem a atuação do mandato no combate à Violência Contra a Mulher; e (iii) Analisar as leis propostas pelo mandato da deputada delegada Gleide Ângelo. A questão de pesquisa que norteou este estudo foi: *De que forma a atuação do mandato parlamentar na pauta do enfrentamento à violência contra a mulher se articula com as demandas e as críticas dos movimentos sociais feministas em Pernambuco?*

A pesquisa contribui para o campo de estudos de políticas públicas e feminismo, ao realizar uma análise empírica e crítica da atuação de um mandato parlamentar na pauta da violência contra a mulher, um tema ainda pouco explorado sob a ótica da Ciência Política e da Sociologia, em Pernambuco. O estudo oferece um diagnóstico das tensões encontradas entre a representação política institucionalizada e as demandas da sociedade civil organizada, enriquecendo o debate sobre a efetividade e a intersetorialidade das políticas públicas.

Ao registrar as divergências apontadas nas críticas feitas pelos movimentos sociais, minha intenção não foi determinar quem detém o poder, mas uma forma de reivindicação da segurança feminina. Costurando a teoria e o discurso com a vida real.

Naturalmente, a pesquisa possui limitações. O foco em um único mandato parlamentar e a natureza qualitativa da coleta de dados, embora aprofundada, não permitem generalizações para um cenário político mais amplo. Além disso, a inclusão da percepção dos movimentos

sociais, embora essencial, pode não abarcar a totalidade das ações ou os desafios internos do mandato, sugerindo a necessidade de estudos complementares.

Reforço a urgência de que as políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero, em Pernambuco, se desloquem de uma abordagem predominantemente focada na segurança pública e na justiça criminal para um modelo que incorpore a perspectiva do Feminismo Crítico. Isso implica em priorizar a intersectorialidade e o investimento em políticas que atuem nas condições materiais e estruturais (educação, autonomia econômica, saúde mental) que sustentam a desigualdade de gênero. A defensabilidade desta dissertação reside, portanto, na capacidade de articular a crítica teórica com a evidência empírica, apontando caminhos para uma intervenção estatal que seja, de fato, emancipatória.

A partir disso, abrem-se diversos caminhos para futuras investigações. Sugiro a realização de estudos comparativos, que analisem a atuação de mandatos parlamentares feministas em diferentes estados do Nordeste, buscando identificar padrões e singularidades nas estratégias de enfrentamento à VCM. Seria relevante também aprofundar a análise da dimensão orçamentária das políticas de gênero em Pernambuco, investigando a correlação entre a ausência de financiamento próprio e a fragmentação das ações.

Por fim, recomendo a realização de estudos que explorem a capacidade de articulação e a resiliência dos próprios movimentos sociais diante do cenário adverso de *backlash* e extrema direita, fundamental para compreender como a crítica pode ser convertida em propostas políticas concretas e unificadas.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. Para educar crianças feministas: um manifesto. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

AGÊNCIA BRASIL. Por unanimidade, STF mantém condenação de Bolsonaro e aliados. Brasília, [2025]. Disponível em: [\[https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2025-11/por-unanimidade-stf-mantem-condenacao-de-bolsonaro-e-aliados\]](https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2025-11/por-unanimidade-stf-mantem-condenacao-de-bolsonaro-e-aliados). Acesso em: 15 de setembro de 2025.

ALVES, E.E.C, Figueiredo Filho, D.B, Santos, H.F, Amaral, A.M.F. & Freitas, J. (2022) **Como fazer uma revisão sistemática da literatura? Um guia prático em governança marinha**. In: I.F. Fernandes (org) Desafios metodológicos das políticas públicas baseadas em evidências. Boa Vista: Editora IOLE, pp. 67-117.

EBRAHIM, Raíssa. Pernambuco é o estado com mais feminicídios no Nordeste. *Marco Zero Conteúdo*, Recife, 7 mar. 2024. Disponível em: <https://marcozero.org/pernambuco-e-o-estado-com-mais-femicidios-no-nordeste/>. Acesso em: 5 set. 2025.

BAIANASYSYSTEM; CHAO, Manu. Sulamericano. Compositores: Roberto Barreto; Manu Chao; Marcelo Seko; Russo Passapusso. Produção: Daniel Ganjaman; BaianaSystem. In: O futuro não demora, 2019. 1 faixa digital. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8A48hdaXuIc&list=RD8A48hdaXuIc&start_radio=1/. Acesso em: 20 de abril 2024.

BARROS, Sheyla Carvalho de et al. **Fatores associados aos homicídios de mulheres vítimas de violência**. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 74, n. 5, e20200630, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0630>.

BARROSO, Milena Fernandes; LIMA, Raissa Ribeiro. *Uma crítica feminista da segurança pública no enfrentamento à violência contra mulheres*. *Argumentum*, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 69–85, 2020. DOI: 10.47456/argumentum.v12i3.31233. Disponível em: <https://www.portaldepublicacoes.ufes.br/argumentum/article/view/31233>. Acesso em: 25 out. 2025.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Thematic analysis: a practical guide. London: SAGE Publications, 2021.

CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE. *Transferência da delegada Gleide Ângelo gera debate na Câmara*. Disponível em: <https://www.recife.pe.leg.br/comunicacao/noticias/transferencia-de-delegada-gleide-angelo-gera-debate-na-camara>. Acesso em: 25 out. 2025.

CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira; SILVA, Jonas Euflausino da. **Santas Marias, rogamos por vós: igreja evangélica pernambucana e violência de gênero**. [S. l.: s. n.], p. 147-166, [2022].

Caso Júlia: Gleide Ângelo conclui inquérito e pai pode ficar preso de dois a seis anos. JC Online, Recife, 01 ago. 2016. Disponível em: https://jc.uol.com.br/canal/cidades/policia/noticia/2016/08/01/caso-julia-gleide-angelo-conclui-inquerito-e-pai-pode-ficar-presos-de-dois-a-seis-anos-246909.php?utm_source=c.

CBN RECIFE. *Deputada Gleide Ângelo assume o comando do PSB de Olinda*. Disponível em: <https://www.cbnrecife.com/blogdoelielson/artigo/deputada-gleide-angelo-assume-o-comando-do-psb-de-olinda>. Acesso em: 25 out. 2025.

CENTRO DE TECNOLOGIAS ESTRATÉGICAS DO NORDESTE (CETENE). *Futuras Cientistas recebe Gleide Ângelo em manhã de palestra no CETENE*. Disponível em: <https://www.gov.br/cetene/pt-br/assuntos/noticias/futuras-cientistas-recebe-gleide-angelo-em-manha-de-palestra-no-cetene>. Acesso em: 25 out. 2025.

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

CORDEIRO, Natália. *Violência contra as mulheres: (re)produção de desigualdades na implementação de políticas públicas*. 1. ed. Recife: Edições SOS Corpo, 2023. 291 p.

CORREIO BRAZILIENSE. Deputada Gleide Ângelo sobre feminicídio: “Violência que está na estrutura da sociedade”. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/brasil/2022/02/4987389-deputada-gleide-angelo-sobre-feminicidio-violencia-que-esta-na-estrutura-da-sociedade.html>. Acesso em: 25 out. 2025.

COSTA, Luan Bezerra; **ALCOFORADO**, Elizabeth da Silva. **Uma análise sobre as notificações compulsórias de violência sexual ao SINAN em Petrolina-PE**. *Serviço Social & Saúde*, v. 22, e023013, 2023. DOI: <https://doi.org/10.20396/sss.v22i00.8672195>.

CRESWELL, J.W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2021.

CRUZ, M. D. Mulheres e segurança pública: uma análise sobre o projeto Mulheres da Paz. *DELOS: Desarrollo Local Sostenible*, v. 17, n. 49, p. 1-15, 2024.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Gleide Ângelo é eleita a deputada estadual mais votada na história de PE. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/politica/2018/10/gleide-angelo-e-eleita-a-deputada-estadual-mais-votada-na-historia-de.html>. Acesso em: 25 out. 2025.

ESTADÃO. Candidata Delegada Gleide Ângelo | Eleições 2018. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/eleicoes/2018/candidatos/pe/pernambuco/deputado-estadual/delegada-gleide-angelo/40190/>. Acesso em: 25 out. 2025.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: **ALEXANDRE**, Marcos Antônio (org.). **Representações performáticas brasileiras**: teorias, práticas e suas interfaces. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. p. 16-21.

EVARISTO, Conceição. A Escrivivência e seus subtextos. In: **DUARTE**, Constância Lima; **NUNES**, Isabella Rosado (orgs.). **Escrivivência**: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-47.

FEITOSA, José Mauro Lima; **BENEVIDES**, Marinina Gruska. Violência doméstica e familiar contra a mulher: Inovação & Tecnologia Social, v. 3, n. 1, p. 1-10, 2022.

GLEIDE ÂNGELO. Com muito orgulho, temos o maior número de proposições legislativas voltadas à proteção e promoção dos direitos das mulheres na Alepe. Facebook: perfil público da deputada Gleide Ângelo, 8 mar. 2024. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/16DKedToYi/>. Acesso em: 17 abr. 2025.

GLEIDE ÂNGELO. Sobre mim. Site oficial. Disponível em: <https://www.gleideangelo.com/sobre-mim>. Acesso em: 25 out. 2025.

GLEIDE ÂNGELO. Publicação no Instagram sobre feminicídio [reel]. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/DN3R4xp2hgR/>. Acesso em: 25 out. 2025.

Gleide Ângelo irá assumir investigações do Caso Beatriz. JC Online, Recife, 09 dez. 2016. Disponível em: https://jc.uol.com.br/canal/cidades/policia/noticia/2016/12/09/gleide-angelo-ira-assumir-investigacoes-do-caso-beatriz-263115.php?utm_source=c.

GLOBOPLAY. *Bom Dia PE | Conheça os 'bastidores' da vida da delegada Gleide Ângelo, do DHPP-PE.* Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2447531/>. Acesso em: 25 out. 2025.

GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/1247>. Acesso em: 15 out. 2025.

HARDING, Sandra. *Feminism and Methodology.* Indiana University Press, 1987.

HESSE-BIBER, Sharlene Nagy. *Feminist Research Practice: A Primer.* Thousand Oaks: Sage Publications, 2014.

hooks, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras.* Tradução: Ana Luiza Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HOUAISS, Antônio; **VILLAR,** Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. Disponível em: <https://houaiss.uol.com.br>. Acesso em: 22 out. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Brasil); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Atlas da violência: 2025.* Brasília, DF: IPEA; FBSP, 2025. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>. Acesso em: 25 out. 2025.

LEITE, Fernando Baptista. Posições e divisões na Ciência Política brasileira contemporânea: explicando sua produção acadêmica. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 37, p. 149-182, out. 2010.

LINS, Letícia. Promotor processa ex-mulher, bolsista da UFPE, por não pagar a pensão dos filhos. *O Globo*, 11 de dezembro de 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/promotor-processa-ex-mulher-bolsista-da-ufpe-por-nao-pagar-pensao-dos-filhos-14804450>. Acesso em: 5 set. 2025.

LIMA, Evelyne Adlla Cavalcanti et al. “**Afasta de mim esse cale-se!**”: mulheres vítimas de violência doméstica e familiar em um município de Pernambuco. *Enfermagem Brasil*, v. 18, n. 1, p. 42-49, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.33233/eb.v18i1.2384>.

LIMA, Flávio. 2019. As eleições de 2018 e a ascensão da extrema direita no Brasil. *Revista Percurso*. 11. 207-215.

LIRA, Kalline Flávia Silva de. **A violência contra a mulher no sertão de Pernambuco:** uma análise dos blogs locais. [S. l.]: [s. n.], 2014.

LIRA, Kalline Flávia Silva de. **Mulheres em situação de violência:** uma análise das políticas públicas do sertão de Pernambuco. *RP3 - Revista de Pesquisa em Políticas Públicas*, v. 0, n. 12, p. 67-81, 2018. DOI: 10.18829/rp3.v0i12.26922, 2018.

LIRA, Kalline Flávia Silva de; **CASTRO,** Ricardo Vieira Alves de. **Percepções de profissionais da saúde sobre violência contra as mulheres.** *Revista Psicologia e Saúde*, v. 14, n. 1, p. 107-122, jan./mar. 2022.

LIRA, Kalline Flávia Silva de. **Sertão, sertanejas e violência contra a mulher**: análise dos dados estatísticos do sertão de Pernambuco. [S. l.]: [s. n.], 2020.

LUCENA, Kerle Dayana Tavares de; Layza de Souza Chaves Deininger, João Agnaldo do Nascimento et al. 2020. “Análise de correspondência como estratégia para descrição das variáveis associadas a violência contra mulher”, *International Journal of Development Research*, 10, (03), 34360-34364.

MARCO ZERO CONTEÚDO. *Cinco fatores para entender o “fenômeno” Gleide Ângelo*. Disponível em: <https://marcozero.org/cinco-fatores-para-entender-o-fenomeno-gleide-angelo/>. Acesso em: 25 out. 2025.

NASCIMENTO, Iraneide et al. **Projeto Educabella**: ações educativas para prevenção da violência contra a mulher nas escolas municipais de Ipojuca/PE. [S. l.]: Instituto Federal de Pernambuco, 2019.

MOREIRA, Maria Helena Batista de Andrade; **MAURÍCIO**, Hérika Arruda; **VIDAL**, Humberto Gomes. **Violência física contra a mulher sertaneja**: perfil sociodemográfico em Arcoverde-PE, Brasil. *Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília*, ano 2018, ed. 22, nov. 2018. ISSN 1983-2192.

NEGROMONTE, F. M. A representatividade política e a inovação nos canais de denúncia: um estudo do mandato legislativo de enfrentamento à violência contra a mulher em Pernambuco. In: ENCONTRO INTERNACIONAL PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (PDPP), 6., 2025, Brasília. Anais [...]. São Paulo: Síntese Eventos, 2025.

NEGROMONTE, F. M. Violência contra a mulher e políticas públicas de segurança em perspectiva comparada: os casos do Brasil e do México. **ROST**, Ana Lídia; **RAMOS**, César Salina; **TISATTO**, Cristian Andrei; **AMORIM**, Gabriel Chaves (org.). *Repensando as Políticas Públicas: desafios dos direitos sociais e comunitários na atualidade*. Porto Alegre: Editora Fi, 2022. p. 251-274.

OLIVEIRA, Karinny; **JORDÃO**, Maria; **BARROS**, Ana; **SILVA**, Juliana. *Pode ser poética a política pública de enfrentamento à violência de gênero? Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, v. 9, p. 22-44, 2019. DOI: 10.32335/2238-0426.2019.9.22.1038.

OLIVEIRA, Marília Ramalho et al. **Tendência e padrão espacial das notificações de estupro por parceiro íntimo contra mulheres no Nordeste do Brasil (2013–2022)**. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 27, e240030, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-549720240030.2>.

PHILLIPS, Anne. *The Politics of Presence*. Oxford: Clarendon Press, 1995.

PHILLIPS, Anne. *The politics of presence*. Oxford: Oxford University Press, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/0198294158.001.0001>. Acesso em: 15 out. 2025.

PITKIN, Hanna Fenichel. *The Concept of Representation*. Berkeley: University of California Press, 1967.

PSB 40. *Deputada estadual Gleide Ângelo assume presidência do PSB de Olinda*. Disponível em: <https://psb40.org.br/deputada-estadual-gleide-angelo-assume-presidencia-do-psb-de-olinda/>. Acesso em: 25 out. 2025.

PRUDÊNCIO, Weslany; **MARIANO**, Elissandra; **BARROSO**, Milena. *Feminismo e a política de enfrentamento à violência contra a mulher no município de Aracaju/SE*. **Revista Labor**, v. 1, n. 27, p. 254–275, 2022. DOI: 10.29148/labor.v1i27.80700.

REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA. *Elas Vivem: liberdade de ser e viver*. [S. l.]: Rede de Observatórios da Segurança, 2024.

REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA. *Elas Vivem: um caminho de luta*. [S. l.]: Rede de Observatórios da Segurança, 2025.

SALES, Celecina; **AZEVEDO**, Lidiany. *A experiência do enfrentamento à violência contra as mulheres em Maracanaú-CE*. **Revista de Políticas Públicas**, v. 24, p. 306–327, 2020. DOI: 10.18764/2178-2865.v24n1p306-327.

SANTOS, Emylle Thais Melo dos et al. **Da ocorrência em vida à morte: padrões espaciais da violência contra a mulher em Pernambuco**. *Hygeia*, v. 17, p. 133-145, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.14393/Hygeia17057513>.

SANTOS, Mychelton Santana da Silva; **MARTELLI**, Petrônio José de Lima; **FONSECA**, Jorge Luiz Cardoso Lyra da. **Violência contra as mulheres no estado de Pernambuco – Brasil: perfil das agredidas e características das ocorrências notificadas entre 2015 e 2019**. *Revista Saúde em Redes*, v. 10, n. 1, 2024. DOI: 10.18310/2446-4813.2024v10n1.4135.

SANTOS, Vitória Teles Apolonio et al. **VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NO NORDESTE BRASILEIRO: tendência temporal de 2009 a 2018**. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 13, e527101321098, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i13.21098>.

SESC RJ. Março Delas: Conheça a trajetória das lutas pelos direitos das mulheres no Brasil. Portal Sesc RJ, 3 mar. 2021. Disponível em: <https://www.sescrj.org.br/noticias/assistencia/marco-delas-conheca-a-trajetoria-das-lutas-pelos-direitos-das-mulheres-no-brasil/>. Acesso em: 5 set. 2025.

SILVA, L. R. L. Discurso de ódio nas redes sociais digitais: tipos e formas de discurso de ódio presentes na fanpage do político Jair Bolsonaro (2013-2016). *GALÁXIA*, São Paulo, v. n., p. – –, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gal/a/4krjKThRWZD6MRy8LLLpVhF/>. Acesso em: 15 de setembro de 2025.

SILVA, Maria Cícera de Sá e; **CLEONE**, Mario. **O impacto do CREAS no combate a violência contra a mulher**. *Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia*, v. 13, n. 44, p. 917-929, 2019. Disponível em: <http://idonline.emnuvens.com.br/id>. Acesso em: [dd mmm. aaaa.].

SILVA, Patrícia Thamires da; **CARDOSO**, Fernando da Silva. **Homens agressores: aspectos sociais presentes em boletins de ocorrência de violência contra a mulher na cidade de Bezerros-PE**. *Revista UNIABEU*, v. 11, n. 28, p. 279-298, maio-ago. 2018.

SOARES, Anna Gabriella Martins Oliveira; **BARROS**, J.; **NEBOT**, Carmen Pineda. Políticas públicas para as mulheres: implementação e desafios ao enfrentamento da violência doméstica no município de Belém. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, v. 17, n. 3, p. 1-15, 2024.

Sogra de turista alemã morta em Pernambuco vai ser indiciada por homicídio, diz delegada. O Globo, 26/03/2010. Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/sogra-de-turista-alema-morta-em-pernambuco-vai-ser-indiciada-por-homicidio-diz-delegada-3033155?utm_sour.

SOUSA, Byanca Santana et al. **VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NO NORDESTE BRASILEIRO: TENDÊNCIA TEMPORAL DE 2009 A 2018**. *Revista Interfaces Científicas - Saúde e Ambiente*, v. 9, n. 1, 2022.

SOUZA, Jéssica Matheus de. **A ascensão da extrema direita: uma análise comparativa dos casos de Jair Bolsonaro e Donald Trump**. 2025. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2025.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, n. 9, p. 5-28, jan./jun. 2003.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

VASCONCELOS, Marilena Silva de; **HOLANDA**, Viviane Rolim de; **ALBUQUERQUE**, Thaíse Torres de. **Perfil do agressor e fatores associados à violência contra mulheres**. *Cogitare Enfermagem*, v. 21, n. 1, p. 1-10, 2016.

APÊNDICE

A - Modelos de Termo de Consentimento Livre

Modelo I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada participante,

Você está sendo convidada a participar da pesquisa intitulada “Ferida aberta vira resistência”: análise do mandato da deputada Gleide Ângelo e o enfrentamento à violência contra mulheres em Pernambuco, desenvolvida pela pesquisadora Fernanda Maria Negromonte de Santana.

1. Objetivo da Pesquisa

O objetivo central deste estudo é analisar o mandato da deputada delegada Gleide Ângelo e o enfrentamento à violência contra mulheres em Pernambuco, buscando compreender a relação entre os movimentos sociais de mulheres e o mandato, as contribuições e desafios percebidos, e o alinhamento das abordagens. Esta pesquisa tem como justificativa a importância de aprofundar o conhecimento sobre a atuação parlamentar no combate à Violência Contra a Mulher (VCM) e a interação com a sociedade civil organizada, contribuindo para a formulação de políticas públicas mais eficazes e para o fortalecimento da participação social.

2. Convite e Participação Voluntária

O convite para a sua participação se deve ao fato de você ser mulher pernambucana e integrante de movimentos sociais feministas, o que a torna uma fonte valiosa de informações para esta pesquisa. Sua participação é totalmente voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento, sem necessidade de justificativa. Você não terá prejuízo algum caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, sua colaboração é muito importante para a execução da pesquisa.

3. Procedimentos da Pesquisa

Se você aceitar participar da pesquisa, os procedimentos envolvidos em sua participação são os seguintes: sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista semiestruturada à pesquisadora do projeto. As entrevistas terão duração

aproximada de 60 a 90 minutos e serão realizadas por meio de videoconferência ou presencialmente, conforme sua disponibilidade e preferência. A entrevista somente será gravada (áudio) se houver sua autorização explícita, que será solicitada ao final deste termo. As entrevistas serão transcritas e armazenadas em arquivos digitais, e somente terão acesso a elas os pesquisadores envolvidos no estudo. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, sob guarda e responsabilidade da pesquisadora responsável, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução CNS nº 466/2012.

4. Riscos e Desconfortos

Toda pesquisa com seres humanos envolve algum tipo de risco. No nosso estudo, os possíveis riscos ou desconfortos decorrentes da participação na pesquisa são mínimos e estão relacionados principalmente ao risco de constrangimento ou desconforto emocional ao abordar temas sensíveis como a violência contra a mulher e a atuação política. Para minimizar esses riscos, a pesquisadora conduzirá a entrevista em um ambiente de respeito e acolhimento, garantindo a confidencialidade e a privacidade das informações. Além disso, será assegurado o direito de não responder a qualquer pergunta que cause desconforto. O risco de quebra de sigilo e confidencialidade dos dados é inerente a qualquer pesquisa, mas serão tomadas todas as providências para evitá-lo, como a anonimização dos dados e o armazenamento seguro do material coletado.

5. Benefícios da Pesquisa

Esta pesquisa pode trazer benefícios indiretos. A sua participação não trará benefícios diretos imediatos a você. No entanto, sua colaboração contribuirá significativamente para o aumento do conhecimento sobre a relação entre movimentos sociais de mulheres e mandatos parlamentares no enfrentamento à VCM em Pernambuco. Os resultados poderão subsidiar a

formulação e aprimoramento de políticas públicas e estratégias de atuação dos movimentos sociais, beneficiando indiretamente a sociedade e futuras ações de combate à violência contra a mulher.

6. Confidencialidade e Privacidade

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo(a) será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, e o material será armazenado em local seguro.

7. Ressarcimento e Indenização

Não está previsto nenhum tipo de pagamento pela sua participação na pesquisa e você não terá nenhum custo com respeito aos procedimentos envolvidos. Caso ocorra algum problema ou dano a você, resultante de sua participação na pesquisa, você receberá todo o atendimento necessário, sem nenhum custo pessoal, e garantimos indenização diante de eventuais fatos comprovados, com nexo causal com a pesquisa.

8. Divulgação dos Resultados

Os resultados desta pesquisa serão divulgados em palestras, eventos acadêmicos, artigos científicos e no formato de dissertação de mestrado. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto, bem como em todas as fases da pesquisa, exceto para a participante que expressamente autorizou sua identificação.

9. Contato e Esclarecimentos

É assegurada a assistência durante toda a pesquisa, bem como é garantido a você o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que você queira saber antes, durante e depois da sua participação. Caso tenha dúvidas, poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável:

- Pesquisadora Responsável: Fernanda Maria Negromonte de Santana
- Telefone: (81) 99749-6924
- E-mail: fernandanegromontecp@gmail.com
- Endereço: Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional da Universidade Federal da Paraíba - João Pessoa/PB.

Em caso de dúvidas quanto à condução ética do estudo, você pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da sua instituição, cujos dados serão fornecidos pela pesquisadora no momento da assinatura. O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

10. Declaração de Consentimento

Este Termo é redigido em duas vias, sendo uma sua e a outra para os pesquisadores. As assinaturas devem constar em uma única página.

Eu, _____, RG nº

_____, declaro que fui devidamente informado(a) sobre os objetivos, procedimentos, riscos, benefícios e a confidencialidade da pesquisa “Ferida aberta vira resistência”: análise do mandato da deputada Gleide Ângelo e o enfrentamento à violência contra mulheres em Pernambuco. Compreendi as informações e tive a oportunidade de fazer perguntas, as quais foram respondidas satisfatoriamente. Declaro, ainda, que minha participação é voluntária e que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

[] Concordo em participar da pesquisa. [] Não concordo em participar da pesquisa.

[] Autorizo a gravação em áudio da minha entrevista. [] Não autorizo a gravação em áudio da minha entrevista.

Nome do participante ou responsável

_____ Data: _/___/___

Assinatura do participante ou responsável

Eu, Fernanda Maria Negromonte de Santana, declaro cumprir as exigências contidas nos itens IV.3 e IV.4, da Resolução nº 466/2012 MS.

Assinatura e carimbo do Pesquisador Data: ____/____/____

_____, ____ de _____ de _____ Local e
data

Modelo II - TERMO DE CONSENTIMENTO ESPECÍFICO PARA IDENTIFICAÇÃO E USO NARRATIVO

Prezada participante Karinny Oliveira,

Você está sendo convidada a participar da pesquisa intitulada “Ferida aberta vira resistência”: análise do mandato da deputada Gleide Ângelo e o enfrentamento à violência contra mulheres em Pernambuco, desenvolvida pela pesquisadora Fernanda Maria Negromonte de Santana.

Este termo é específico para formalizar sua solicitação e autorização para ser identificada nominalmente no trabalho de dissertação, bem como para que sua experiência e narrativa sejam descritas de forma detalhada no corpo do trabalho.

1. Objetivo da Pesquisa

O objetivo central deste estudo é analisar o mandato da deputada delegada Gleide Ângelo e o enfrentamento à violência contra mulheres em Pernambuco, buscando compreender a relação entre os movimentos sociais de mulheres e o mandato, as contribuições e desafios percebidos, e o alinhamento das abordagens. Esta pesquisa tem como justificativa a importância de aprofundar o conhecimento sobre a atuação parlamentar no combate à Violência Contra a Mulher (VCM) e a interação com a sociedade civil organizada, contribuindo para a formulação de políticas públicas mais eficazes e para o fortalecimento da participação social.

2. Participação Voluntária e Direito de Retirada

Sua participação é totalmente voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento, sem necessidade de justificativa. Você não terá prejuízo algum caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, sua colaboração é muito importante para a execução da pesquisa.

3. Autorização para Identificação Nominal

Por sua solicitação expressa, e mediante sua autorização formalizada neste documento, você será identificada nominalmente no trabalho de dissertação como Karinny (MS5).

Esta identificação será utilizada para atribuir suas contribuições e perspectivas diretamente a você, conforme seu desejo de ter sua voz reconhecida de forma explícita na pesquisa.

4. Autorização para Uso Narrativo da Experiência

Mediante sua autorização formalizada neste documento, sua experiência e narrativa, conforme coletadas durante a entrevista, poderão ser descritas de forma detalhada e contextualizada no corpo do trabalho de dissertação. Isso inclui a possibilidade de citação direta de suas falas e a elaboração de trechos narrativos que reflitam sua vivência e percepções, sempre com o objetivo de enriquecer a análise da pesquisa e respeitando a integridade de sua contribuição.

5. Confidencialidade de Outras Informações

Todas as demais informações coletadas que não se refiram diretamente à sua identificação nominal ou à sua narrativa específica, e que não sejam essenciais para a compreensão de sua contribuição identificada, serão tratadas com a máxima confidencialidade e privacidade. Qualquer dado sensível que não se enquadre na autorização de identificação será anonimizado e armazenado em local seguro.

6. Riscos e Benefícios

Os riscos e benefícios associados à sua participação são os mesmos descritos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido geral, com a ressalva de que a identificação nominal implica na exposição de seu nome em um trabalho acadêmico. Os benefícios incluem o reconhecimento direto de sua contribuição para a pesquisa e para o debate público sobre o tema.

7. Contato e Esclarecimentos

É assegurada a assistência durante toda a pesquisa, bem como é garantido a você o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências. Caso tenha dúvidas, poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável:

- Pesquisadora Responsável: Fernanda Maria Negromonte de Santana
- Telefone: (81) 99749-6924
- E-mail: fernandanegromontecp@gmail.com
- Endereço: Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional da Universidade Federal da Paraíba - João Pessoa/PB.

Em caso de dúvidas quanto à condução ética do estudo, você pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da sua instituição, cujos dados serão fornecidos pela pesquisadora no momento da assinatura.

8. Declaração de Consentimento

Este Termo é redigido em duas vias, sendo uma sua e a outra para os pesquisadores. As assinaturas devem constar em uma única página.

Eu, _____, RG nº _____, declaro que fui devidamente informada sobre os objetivos, procedimentos, riscos, benefícios e a confidencialidade da pesquisa “Ferida aberta vira resistência”: análise do mandato da deputada Gleide Ângelo e o enfrentamento à violência contra mulheres em Pernambuco. Compreendi as informações e tive a oportunidade de fazer perguntas, as quais foram respondidas satisfatoriamente. Declaro, ainda, que minha participação é voluntária e que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

Declaro, por minha livre e espontânea vontade, que AUTORIZO EXPRESSAMENTE a minha identificação nominal (Karinny - MS5) no trabalho de dissertação e a utilização da minha narrativa e experiência de forma detalhada no corpo do trabalho.

☐ Concordo em participar da pesquisa e com as condições de identificação e uso narrativo descritas acima. ☐ Não concordo em participar da pesquisa sob estas condições.

☐ Autorizo a gravação em áudio da minha entrevista. ☐ Não autorizo a gravação em áudio da minha entrevista.

Nome da participante:

_____ Data: ____/____/____

Assinatura da participante

Eu, Fernanda Maria Negromonte de Santana, declaro cumprir as exigências contidas nos itens IV.3 e IV.4, da Resolução nº 466/2012 MS.

Assinatura e carimbo do Pesquisador Data: _/_____/_____

_____, ____ de _____ de _____
Local e data

Apêndice B - Roteiro de entrevista semiestruturada

Título da Pesquisa: “Traçando vários planos pra poder contra-atacar”: políticas públicas de proteção às mulheres em Pernambuco

Essa entrevista faz parte da metodologia de coleta de dados deste trabalho, que tem como um dos objetivos analisar a maneira como os movimentos sociais de mulheres, em Pernambuco, veem a atuação do mandato da deputada Gleide Ângelo (nos últimos 7 anos) no combate à Violência Contra a Mulher.

- Reforço sobre confidencialidade das informações sem autorização prévia; gravação de áudio da entrevista para fins de transcrição e análise.

Introdução – primeiro contato durante a entrevista: minha apresentação

SUGESTÃO DE APRESENTAÇÃO PESSOAL MAIS INTIMISTA COM A TEMÁTICA ABORDADA

Eu sou Fernanda, tenho 27 anos, sou Pernambucana e me considero pesquisadora de VCM e relações de gênero desde os 15 anos, quando participei da FENECIT (Feira de Ciências e Tecnologia do Nordeste) em 2014. Essa foi a minha primeira grande experiência como pesquisadora, na qual apresentei resultados de análises de dados sobre “crimes passionais”, que era o termo utilizado, na maioria das vezes, em casos de violência contra mulheres naquela época.

Me graduei em Ciência Política na UFPE, onde pude aprimorar minha experiência como pesquisadora, sendo bolsista CAPES/CnPq, desenvolvendo uma pesquisa do PIBIC sobre a VCM e PP de segurança no Brasil e México, de perspectiva comparativa, analisando a violência recorrente na realidade da América Latina. Atualmente estou como mestrandia em Gestão Pública na UFPB, trabalhando no campo de estudos das políticas públicas, com foco no enfrentamento da VCM.

A iniciativa de realizar um estudo de caso de um mandato legislativo em Pernambuco pretende contribuir para a Gestão Pública através dos estudos sobre representação política e efetividade de políticas públicas. Para isso, a sua colaboração, enquanto integrante de um movimento social, é fundamental.

- Você tem alguma dúvida sobre o trabalho que eu possa responder neste momento?

Agora que já me apresentei, pode ficar à vontade para fazer o mesmo (caso já exista um ambiente confortável para a entrevistada);

PERFIL DA ENTREVISTADA/MOVIMENTO

1. Qual a sua Idade
2. Qual a sua Formação
3. Qual a sua cidade/Região
4. Qual o nome e tipo de movimento social que você participa?
5. Há quanto tempo vc participa do movimento?
6. Você exerce algum cargo/função na organização?
7. Você conhece ou acompanha o mandato da deputada delegada Gleide Ângelo?

Vamos falar um pouco mais sobre o movimento social e a sua atuação!

1. Você poderia me contar um pouco mais sobre o movimento social do qual faz parte?
Quais são os princípios e de qual forma vocês atuam no combate à violência contra a mulher em Pernambuco?
 - Quais são as principais atividades?
 - Há quanto tempo o movimento existe?
 - Quais são os maiores desafios que vocês enfrentam na atuação?
2. Você exerce algum papel ou atuação específica que envolve o enfrentamento à VCM, no movimento?
 1. Você atua diretamente com mulheres em situação de violência?
 2. Em qual frente (acolhimento, denúncia, advocacy, educação)?

Conhecimento e Interação com o Mandato Analisado

1. Existe algum tipo de articulação ou interação entre o movimento e o mandato da deputada Gleide? Caso exista algum tipo de interação esporádica ou informal, poderia dar exemplos de situações ou momentos específicos dessa interação?
 - Essa interação é mais formal ou informal?
 - Quais canais vocês utilizam? Como avaliam a receptividade do mandato a essa aproximação?
2. De acordo com seu conhecimento sobre o mandato, você pode citar ações e iniciativas que se destacam? Por quê?
 - O mandato tem alguma ação que se conecta diretamente com o trabalho ou os objetivos do seu movimento?
 - O que a torna relevante na sua perspectiva?

Articulação, Escuta e Colaboração

1. Você conhece interações ou articulações do mandato com a sociedade civil e movimentos sociais? Pode compartilhar exemplos de como essa articulação acontece ou, se não acontece, como vocês, enquanto movimento, percebem essa ausência?
 - Vocês já foram convidadas para participar de alguma iniciativa do mandato?
2. Você já percebeu algum tipo de abertura do mandato para aderir demandas de mulheres acolhidas por movimentos sociais? Existem canais ou circunstâncias em que essa escuta acontece de forma mais efetiva?
 - Vocês sentem que as demandas do movimento são consideradas?
 - Há algum exemplo de demanda que foi ou não foi acolhida em alguma oportunidade?

Contribuições, Desafios e Impacto Percebido

1. Você diria que o mandato da deputada Gleide Ângelo trouxe contribuições para o combate à violência contra a mulher no estado de Pernambuco? Você poderia explicar a sua percepção quanto a isso?

§ Se existentes, essas contribuições se manifestam em que nível (político, social, institucional)?

2. Você diria que o mandato legislativo enfrenta limitações para construir políticas efetivas de combate à VCM?

§ De que forma essa atuação poderia ser mais forte ou diferente?

- Há lacunas debatidas dentro do seu movimento que poderiam ser abordadas pelo mandato?
- 3. Na sua percepção, nos últimos 7 anos, houveram mudanças ou avanços no acesso de mulheres em situação de violência à rede de assistência? Poderia dar exemplos de como a atuação do mandato poderia estar relacionada com essas mudanças ou mesmo com a persistência de barreiras?
- Quais são as principais barreiras que ainda persistem, e como o mandato poderia ajudar a superá-las?

Abordagem e Identidade do Mandato

1. Como você descreveria a abordagem do mandato de Gleide Ângelo, mais alinhada a uma agenda de segurança pública, à agenda feminista ou a uma combinação de ambas? Poderia explicar os motivos dessa percepção?

- Quais ações ou discursos do mandato reforçam essa percepção?
- Essa abordagem se alinha ou difere da abordagem do seu movimento?

Fechamento (5 minutos)

- Para finalizar, há alguma experiência, observação ou sugestão adicional que o seu movimento gostaria de compartilhar sobre a atuação do mandato da deputada Gleide Ângelo ou sobre o combate à violência contra a mulher em Pernambuco, que não tenhamos abordado?

Agradeço imensamente seu tempo e suas valiosas contribuições para esta pesquisa. Sua perspectiva é fundamental para este estudo.

Se tiver alguma dúvida futura ou quiser acompanhar o desenvolvimento da pesquisa, por favor, sinta-se à vontade para entrar em contato.